



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ÍCARO MOISÉS DO REGO BESSA

**A ECONOMIA POLÍTICA DA COERÇÃO TARIFÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A
SELETIVIDADE DAS BARREIRAS COMERCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO TRUMP NO
BRASIL EM 2025**

JOÃO PESSOA

2026

ÍCARO MOISÉS DO REGO BESSA

**A ECONOMIA POLÍTICA DA COERÇÃO TARIFÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A
SELETIVIDADE DAS BARREIRAS COMERCIAIS DE TRUMP NO BRASIL EM 2025**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
como requisito parcial para obtenção do grau
de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Lucas Milanez de Lima Almeida

JOÃO PESSOA

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B557e Bessa, Icaro Moises do Rego.

A economia política da coerção tarifária: um estudo sobre a seletividade das barreiras comerciais da administração Trump no Brasil em 2025 / Icaro Moises do Rego Bessa. - João Pessoa, 2026.

52 f. : il.

Orientação: Lucas Milanez de Lima Almeida.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Política tarifária. 2. Estados Unidos. 3. Brasil.
4. Assimetria subnacional. 5. Protecionismo. I.
Almeida, Lucas Milanez de Lima. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(043)

ÍCARO MOISÉS DO REGO BESSA

"A ECONOMIA POLÍTICA DA COERÇÃO TARIFÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A SELETIVIDADE DAS BARREIRAS COMERCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO TRUMP NO BRASIL EM 2025"

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel(a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em 7 de agosto de 2026



Documento assinado digitalmente
LUCAS MILANEZ DE LIMA ALMEIDA
Data: 10/08/2026 12:32:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lucas Milanez de Lima Almeida - (Orientador)
UFPB



Documento assinado digitalmente
HUGO FEITOSA GONCALVES
Data: 10/08/2026 13:51:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Hugo Feitosa Gonçalves - (Membro 2)
UFPI



Documento assinado digitalmente
ROSANGELA PALHANO RAMALHO
Data: 10/08/2026 13:58:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rosângela Palhano Ramalho - (Membro 3)
UFPB

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer àqueles que sempre foram minha rede de apoio, minha primeira morada, porto seguro e inspiração. Aos meus pais, que sempre me motivaram a seguir pelo caminho que eu acreditava, pelo que eu achava certo, e por sempre me ensinarem tanto, mesmo as vezes não falando nada. Ao meu pai, Rocílio, por ser um exemplo de força, perseverança e cuidado. A minha mãe, Cida, por ser um exemplo de afeto, carinho e determinação. Ao meu irmão, por ser um amigo antes de muitos, um parceiros mais que os outros.

Aos amigos e familiares que sempre deixaram claro seu apoio e admiração pela minha caminhada e pelas minhas escolhas. O apoio de vocês sempre foi algo que eu guardei com carinho. Aos meus amigos da faculdade, cada um se fazendo presente e marcando minha trajetória e minha vida de formas particulares. Cada um deixando um legado, um aprendizado, uma lembrança que vou levar para toda a vida.

Às minhas amigas Jéssica e Alícia, a dupla que me fez chegar tão longe. Mesmo com o pouco contato na reta final dessa jornada acadêmica, elas sempre se fizeram presentes, e como um sinal divino, muitas dessas vezes foram cruciais, quase como se soubessem que precisavam estar ali. Duas pessoas que pretendo levar para a vida.

Aos meus irmãos de curso, Ébert e Nicolas, meus mais sinceros agradecimentos por todas as nossas conversas. Conversas essas que se fizeram extremamente construtivas e impactantes na minha vida. Fossem debates sobre assuntos acadêmicos ou assuntos da vida, conversas sobre prova, conversas particulares, cada uma delas abriram meus olhos para novas perspectivas, novas possibilidades de enxergar a vida.

Às minhas companheiras, colegas e amigas de estágio, Yasmin e Beatriz, meu eterno obrigado por terem sido como pilares que me ajudaram a passar por esse momento de intensas provas. Amigas para além do estágio, vocês foram e têm sido fundamentais no meu desenvolvimento como pessoa, sempre pontuando coisas que não sei ou não percebo por conta dos meus conhecimentos limitados em certos assuntos, mas clareando minha visão de forma clara, tranquila e amigável.

Aos membros do PROGEB, todos os que de alguma forma serviram para expandir ainda mais minha visão de mundo, minhas perspectivas dos mais variados temas e debates. Aos mestres que me guiaram nessa jornada e foram fundamentais para o meu desenvolvimento não só como aluno, mas como pessoa, com todas as conversas e histórias contadas.

À todos que foram mencionados, e aos que não foram. Aos que vieram como uma brisa e logo partiram, aos que vieram e se fizeram fundação para meu crescimento como pessoa. À todos que acompanharam essa jornada do começo ao fim e aos que chegaram a pouco tempo, já praticamente no final, mas que fizeram uma diferença tremenda e vieram para ficar. À todos vocês, meu mais sincero e profundo obrigado.

RESUMO

O presente trabalho analisou as tarifas aplicadas pelo presidente Donald Trump contra o Brasil no período de 2025. Para tal, este trabalho abordou a construção da hegemonia norte-americana e como ela se dispõe no Sistema Internacional e se põe como guia da Ordem Mundial. O estudo também avaliou a maneira como se deu a ligação e aprofundamento da relação bilateral entre Estados Unidos e Brasil. Ademais, por meio da revisão bibliográfica e histórica, o trabalho explorou a pauta exportadora brasileira para apontar os cinco principais insumos exportados aos EUA, e com isso em vista, investigou quais os estados brasileiros se destacaram na exportação de tais produtos, bem como os possíveis impactos sofridos por eles por conta das barreiras comerciais. Dessa forma, teve como objetivo geral analisar os impactos subnacionais da política tarifária dos Estados Unidos sobre o Brasil em 2025.

Palavras-chave: Política tarifária. Estados Unidos. Brasil. Assimetria subnacional. Protecionismo.

ABSTRACT

This study analyzed the tariffs imposed by President Donald Trump on Brazil during 2025. To this end, the study examined the construction of U.S. hegemony, how it is structured within the international system, and how it serves as a guiding force for the world order. The study also assessed how the bilateral relationship between the United States and Brazil developed and deepened. Furthermore, through a literature and historical review, this study examined Brazil's export portfolio to identify the five main commodities exported to the U.S. With this in mind, it investigated which Brazilian states stood out in the export of these products, as well as the potential impacts they faced due to trade barriers. Thus, its overall objective was to analyze the subnational impacts of U.S. tariff policy on Brazil in 2025.

Keywords: Tariff policy. United States. Brazil. Subnational asymmetry. Protectionism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplo de interface de extração de dados no sistema Comex Vis.....	14
Figura 2 - Exemplo de interface de extração de dados no sistema Comex Vis.....	15
Figura 3 - Ciclo Econômico do capitalismo e suas fases intermediárias.....	19
Figura 4 - Quadro de resumo da relação bilateral do Brasil com os EUA (comparativo 2024/2025).....	33
Figura 5 - Cartograma de estados que mais exportaram carne bovina em 2025.....	41
Figura 6 - Série histórica de exportação de carne bovina no Mato Grosso.....	40
Figura 7 - Cartograma de estados que mais exportaram sucos em 2025.....	42
Figura 8 - Série histórica de exportação de sucos no estado de São Paulo.....	42
Figura 9 - Cartograma de estados que mais exportaram óleos brutos de petróleo em 2025....	44
Figura 10 - Cartograma de estados que mais exportaram produtos primários de ferro ou aço em 2025.....	44
Figura 11 - Cartograma de estados que mais exportaram aeronaves e suas partes em 2025...	45
Figura 12 - Cartograma de estados que mais exportaram café não torrado em 2025.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista de códigos NCMs por grupo de insumos.....	16
Tabela 2 - Principais produtos da pauta de exportação brasileira para os Estados Unidos em 2025.....	35
Tabela 3 - Principais produtos da pauta de exportação brasileira para os Estados Unidos entre janeiro e junho de 2026.....	36
Tabela 4 - Quadro de resumo do comparativo de exportações de 2024/2025 e jan-jun 2025/2026 de sucos e carne bovina.....	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
METODOLOGIA.....	13
1 O SONHO AMERICANO: A ASCENSÃO DOS ESTADOS UNIDOS.....	17
2 ESTADOS UNIDOS E BRASIL: CONEXÃO NORTE-SUL.....	25
3- OS CINCO PRINCIPAIS PRODUTOS DO COMÉRCIO BRASIL-EUA.....	33
4- DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DO RANKING ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

INTRODUÇÃO

O 47º presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, deu início, no ano de 2025, ao plano que ele carregava desde sua campanha, para se eleger presidente dos Estados Unidos (EUA). O “tarifaço”, nome popular dado às políticas tarifárias, segundo o presidente norte-americano, foi criado com a intenção de taxar outros países em prol de enriquecer a população dos EUA (Reuters, 2025). Muitas das ações de Trump vão além de um viés meramente comercial, com sua forte política protecionista. Trump usa da maioria a seu favor no Congresso para tentar agir com sinceridade a respeito do que ele prometeu em sua campanha (Guo *et al.*, 2018). Contudo, esse apoio ainda não se faz suficiente para garantir ao presidente republicano a total capacidade para seguir adiante com seus discursos.

As políticas tarifárias trouxeram consigo incertezas e desafios, tanto para os países que iriam sofrer as tarifas como para o próprio povo norte-americano (Kaczmarek *et al.*, 2025). Tendo isso em vista, é notável como o mercado passou a se movimentar de forma agitada e imprevisível diante dos pronunciamentos de Trump, gerando tantas incertezas. Este cenário foi agravado pelo fato de que o mandatário pode reverter parcial ou totalmente as suas decisões até a implementação definitiva das medidas. Como apurado pelo Valor Econômico (2026), a imprevisibilidade das decisões do republicano gerou grandes oscilações no comércio exterior, com empresas norte-americanas antecipando-se para estocar produtos antes da efetivação das tarifas e, logo em seguida, interromperam as importações.

Ademais, Donald Trump tem usado as tarifas para pressionar outros países e tentar impor a ordem e o poder estadunidense sobre eles, em especial sobre economias da periferia, como no caso do Brasil, onde o presidente republicano fez uso das tarifas para pressionar o governo brasileiro a diminuir as pressões nas *big-techs* norte-americanas (G1, 2025a). Outrossim, para além de uma disputa comercial, Trump também mobilizou aparatos tarifários e mecanismos de retaliação como ferramentas de barganha política, usando o mercado norte-americano como moeda de troca para forçar um alinhamento ideológico e de interesses políticos, em prol de seus aliados (G1, 2025b).

Mas essa arrogância do republicano não é algo recente, Trump é fruto de um processo que não se iniciou agora. A determinação que o presidente tem para impor decretos e coagir seus oponentes, e até mesmo aliados, é algo estrutural nos EUA, que se firmou com a ascensão do país a uma posição hegemônica no cenário internacional, especialmente nas vertentes econômica e militar, o que é chamado por Balanco e Pinto (2005) de “Leviatã estatal americano”. Desde o final do séc XIX, os EUA já tomavam espaço na disputa pela

hegemonia, enfrentando potências já consolidadas na época, como Reino Unido e Alemanha, mas que conseguiu ganhar destaque por conta da sua mão-de-obra excepcional (Arrighi, 1996).

Após se desenvolver internamente, evitar a Primeira Guerra Mundial e ter um enorme destaque na Segunda Guerra, os EUA conseguiram uma posição de destaque, e resistência, frente à Europa desolada após a guerra. Não obstante, com o Plano Marshall, entre outras políticas e acordos, como o de Bretton Woods, os EUA foram capazes de garantir uma forte influência entre os aliados europeus, o que lhe foi bastante útil no confronto contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que se aproveitou da fragilidade da Europa para expandir sua influência.

Com o fim da URSS, os Estados Unidos se destacaram ainda mais como potência e expandiram sua influência. Com a internacionalização do capital, os EUA disseminaram sua influência através do capital privado, financeiro e industrial, para lugares como Ásia e América Latina, que tinham uma disponibilidade massiva de mão-de-obra. Com isso, se fez possível um reordenamento da divisão internacional do trabalho e a integração dos países da periferia ao mercado mundial, garantida pelas novas tecnologias que surgiam na época (Balanco; Pinto, 2003), e é justamente essa integração que acabou dificultando ideias protecionistas posteriormente.

Dessa forma, essa movimentação de Trump com as tarifas se mostrou perigosa não só para outros países, como também para os próprios EUA, justamente por conta da integração e da divisão internacional do trabalho. Trump foi o primeiro presidente em anos a ser uma ameaça à ordem liberal (Ikenberry, 2018). No entanto, tomando como base a ideia de Filgueiras (2010), essa guinada tarifária norte-americana revela que as instituições liberais são subordinadas às necessidades materiais do acúmulo de capital e, frente a crise estrutural que o capitalismo contemporâneo enfrenta, diante de um cenário de esgotamento, a ordem liberal deixa de ser a ferramenta ideal para a expansão das potências centrais. Isso cria um movimento que vai contra os ideais de livre-comércio e essas potências acabam recorrendo ao protecionismo.

Essa movimentação, ao mesmo tempo em que tornou as coisas difíceis para alguns países, criou uma oportunidade para outros. O Brasil, por exemplo, criou o Plano Brasil Soberano, plano esse que surgiu como resposta às tarifas e tinha o intuito de garantir a segurança do comércio interno do país em setores que têm forte ligação com o comércio norte-americano. Esse plano reúne medidas de apoio a empresas e trabalhadores brasileiros,

como linhas de crédito, além da compra de mercadorias que seriam destinadas aos EUA para não haver perda (Agência Brasil, 2025).

A retaliação norte-americana, entretanto, encontra um limite prático exposto pela seletividade da própria política tarifária. Ela choca com a dependência que o país tem de produtos que vêm diretamente dos países periféricos. Um exemplo disso é justamente em relação à pauta exportadora brasileira, uma vez que o país fornece desde *commodities* agrícolas até produtos de alto valor agregado, como aeronaves e similares. Com isso, os discursos ideológicos de Trump encontram um limite material.

Observando-se dados extraídos do Comex Stat (Brasil, 2026), ferramenta mantida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), é possível notar como alguns produtos, como derivados de petróleo e aço, se mantiveram na liderança por conta do seu peso estratégico, contabilizados a partir do valor FOB¹, ficando ainda mais nítido ao se analisar a lista oficial de isenções publicada pelo *Office of the United States Trade Representative* (Estados Unidos, 2025), órgão vinculado à Presidência dos EUA.

Dessa forma, ao mesmo tempo que o governo norte-americano tenta coagir o governo brasileiro usando as tarifas, ele precisa deliberar a respeito de poupar insumos de extrema relevância não só para a atividade industrial estadunidense, como também para o abastecimento doméstico. Isso cria uma dualidade que contabiliza o comércio exterior como um termômetro das inconsistências materiais do “tarifaço”.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral *analisar os impactos subnacionais da política tarifária dos Estados Unidos sobre o Brasil em 2025, identificando os estados mais afetados a partir dos cinco principais produtos da pauta exportadora bilateral*. Para tanto, a seleção desses insumos baseia-se no critério de valor FOB, avaliando-se como as características desses produtos determinaram a seletividade das barreiras norte-americanas. Parte-se da premissa de que a seletividade do presidente Trump, referente a alguns itens dessa lista terem sido isentos, outros taxados, mas posteriormente isentos, se faz por conta da condição intrínseca da economia norte-americana - uma posição hegemônica que dá autoridade para tomar decisões unilaterais - que se moldou ao longo dos anos. Desse modo, embora o discurso do republicano pareça contraditório, há uma lógica prática que faz com que Trump se sinta seguro de suas decisões.

¹ FOB: Abreviação de “*Free on Board*”, se trata de uma “expressão do comércio internacional que significa “posto a bordo”. Indica que o vendedor é responsável por todos os custos e riscos até que a mercadoria seja colocada no navio no porto de embarque. A partir desse ponto (amurada do navio), a responsabilidade e os custos (como frete e seguro) passam para o comprador (Sandroni, 1999, p. 247).

Dessa forma, em busca de elucidar essa análise, o presente trabalho tem os seguintes objetivos específicos: (1) contextualizar a trajetória dos Estados Unidos até sua posição hegemônica como potência mundial econômica sob a ótica da Economia Política Internacional; (2) analisar a lista dos cinco principais produtos da pauta exportadora brasileira dirigidos aos Estados Unidos, selecionado pelo critério de valor FOB; (3) destacar o comportamento da balança comercial entre os dois países antes e após a implementação da política tarifária em agosto de 2025; e, por fim, (4) compreender como os estados brasileiros que são pólos de produção dos insumos analisados foram afetados.

Tendo isso em vista, o presente trabalho justifica-se por seu caráter acadêmico e social, uma vez que busca compreender os desafios das relações comerciais entre países, ao mesmo tempo que busca também subsidiar o debate acadêmico-científico no campo da Economia Política Internacional (EPI). Isso se mostra através das complexas relações comerciais entre os países, assim como do jogo político por trás das decisões que influenciam essas relações.

Para além desta introdução, o presente trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo dedica-se a traçar a base teórica e conceitual, abordando a construção da hegemonia norte-americana e o uso da coerção econômica na Ordem Mundial. Em seguida, o segundo capítulo examina a relação histórico-estrutural entre Brasil e Estados Unidos, contextualizando as bases que antecederam o 'tarifaço' de 2025. O terceiro capítulo debruça-se sobre a análise empírica da pauta exportadora. Após isso, o quarto capítulo traz o impacto subnacional nos estados, mapeando as assimetrias setoriais e os efeitos das revogações de novembro. Por fim, nas considerações finais, sintetizam-se os principais achados da pesquisa, articulando os dados empíricos aos limites práticos do unilateralismo tarifário norte-americano.

METODOLOGIA

A presente pesquisa fundamenta-se a partir de uma análise da seletividade nas políticas tarifárias dos Estados Unidos sobre a pauta exportadora brasileira como estratégia de pesquisa para aprofundar a análise de eventos concretos e singulares (Sátyro; D’Albuquerque, 2020). Tendo em vista os objetivos propostos, adotou-se uma abordagem de natureza quantitativa-descritiva, combinando a análise documental e bibliográfica.

Em um primeiro momento, foi realizada uma caracterização, através de levantamento bibliográfico, da ascensão hegemônica dos EUA até o posto de maior potencial capitalista mundial. Para tal, foram consultadas fontes secundárias que auxiliam na compreensão histórica da ascensão hegemônica dos Estados Unidos, além de subsequentes crises estruturais em sua economia política internacional. Quanto à estruturação teórica, foram mapeadas e selecionadas fontes que englobam desde livros, artigos, teses e monografias de vertente heterodoxa e marxista da economia. Ademais, análises conjunturais e artigos de opinião também agregaram à execução da pesquisa. Após o levantamento, foi feita uma revisão bibliográfica crítica dos textos coletados, no intuito de fundamentar a discussão teórica das inconsistências nas políticas tarifárias norte-americanas.

Por sua vez foram coletadas e examinadas fontes documentais oficiais. Esse escopo incluiu o levantamento de documentos oficiais e decretos divulgados por ambos os governos, como o plano Brasil Soberano, além dos decretos e pronunciamentos oficiais da Casa Branca referentes à política tarifária. Nesse último, foram englobados relatórios técnicos emitidos pelo *Office of the United States Trade Representative* (USTR), analisando justificativas legais e institucionais, tais quais a Seção 301² da Lei de Comércio norte-americana, usadas na aplicação das tarifas.

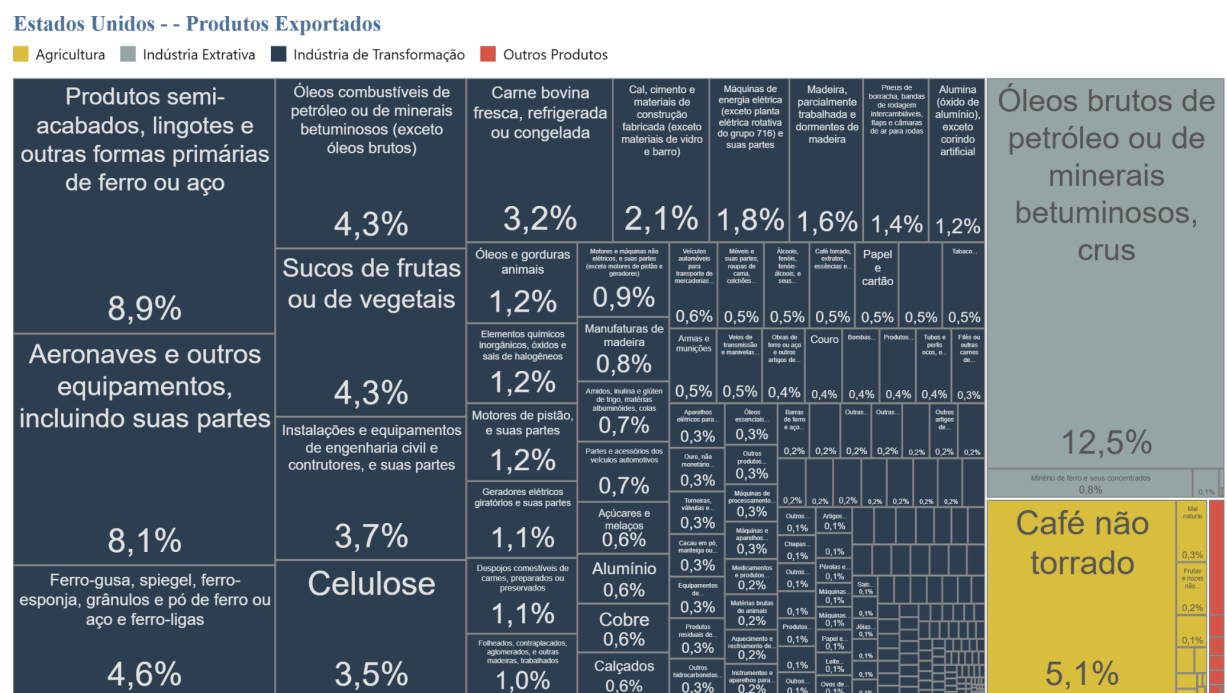
Quanto ao componente quantitativo, a pesquisa se valeu do levantamento e triangulação de dados secundários obtidos no sistema Comex Stat, ferramenta oficial do MDIC, delimitadas ao recorte temporal compreendido entre o segundo semestre de 2024 e o início de 2026. Essa delimitação se justifica devido à necessidade de também rastrear possíveis comportamentos do cenário comercial frente às ameaças e declarações de Trump ainda na campanha. A partir dessas fontes, foram extraídos os dados a respeito da pauta exportadora do Brasil e analisado quais foram os cinco itens que mais se destacaram durante

² "Sob a Seção 301, o Congresso concede ao *Office of the United States Trade Representative* (USTR) uma série de responsabilidades e autoridades para investigar e tomar medidas (por exemplo, impor uma tarifa) para fazer cumprir os direitos dos EUA sob acordos comerciais e responder a certas práticas de comércio exterior" (Estados Unidos, 2026b, tradução nossa).

esse período, seguindo o critério de valor FOB, e quais estados brasileiros se destacaram na exportação dos referidos insumos.

Quanto à filtragem e seleção dos insumos, foi feita uma separação visando abranger mais a diversificação das exportações brasileiras e os setores produtivos que se fazem presentes na mesma. Para tal, foi utilizado a ferramenta de filtragem específica do Comex Stat (Brasil, 2026), a Comex Vis, que disponibiliza de forma mais abrangente os dados de exportação de determinado país, produto, estado, entre outras categorias. Por conta do formato padrão das estatísticas adotado pelo banco de dados do MDIC, os insumos foram selecionados por grupos, assim como ilustra a figura 1, devido a forma como os dados são apresentados na plataforma.

Figura 1 - Exemplo de interface de extração de dados no sistema Comex Vis



Fonte: Base de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Brasil, 2026).

Tendo isso em vista, foram selecionados os produtos com maior porcentagem de participação nas exportações para os EUA, separando itens que não fossem considerados semelhantes ou da mesma linha produtiva - como diferentes processamentos de ferro ou aço, lingotes e pó, por exemplo. Dessa forma, foram selecionadas cinco categorias de áreas distintas e que foram mencionadas na lista de itens taxados - como será apresentado na seção sobre os insumos-, e usado o filtro disponibilizado pelo Comex Vis (Brasil, 2026) para averiguar quais os insumos, de acordo com os códigos de Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), faziam parte daquela categoria, conforme ilustrado na figura 2.

Figura 2 - Exemplo de interface de extração de dados no sistema Comex Vis



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Apesar dos vários códigos apresentados no filtro, as diferenças entre os insumos são poucas ou irrelevantes, como o caso dos produtos semi-acabados de ferro ou aço, que variam em sua maioria por porcentagem de carbono na sua composição, sendo ainda assim lingotes, e os diferenciando de outras categorias como pó de ferro ou aço, como ilustrado na figura 1. Com isso, a seleção e filtragem dos itens pôde ao mesmo tempo abranger mais variedade e se debruçar em dados de exportação mais completos - tendo em vista que focar em uma unidade desses insumos poderia acarretar em muitos poucos dados para debater sobre o tema -, ao passo que não divaga em redundâncias discorrendo sobre uma mesma linha de produtos.

Dito isso, como ilustrado na figura 2, cada um dos grupos possui uma lista de NCMs que se referem aos itens presentes em tal agrupamento. Para o presente trabalho, tendo em vista os insumos que foram analisados na seção a respeito das exportações do Brasil para os Estados Unidos, os códigos selecionados para a análise foram os listados na tabela 1.

Tabela 1 - Lista de códigos NCMs por grupo de insumos

Seção ISIC	Posição CUCI	NCMs			
Indústria Extrativa	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus	27090010 e 27090090			
Indústria de Transformação	Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço	72071110, 72071900, 72189100,	72071190, 72069000, 72189900,	72249000, 72241000, 72181000 e	72061000, 72071200, 72072000
Indústria de Transformação	Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes	88079000, 88062100, 88022021, 88069900, 88031000, 88023021, 88023090, 88073000, 88071000, 88052100, 88032000 e	88069300, 88062400, 88022022, 88069200, 88021210, 88023029, 88010000, 88026000, 88021100, 88052900, 88033000	88069100, 88062300, 88022090, 88069400, 88021290, 88023031, 88011000, 88072000, 88051000, 88024010, 88033000	88061000, 88022010, 88062200, 88062900, 88023010, 88023039, 88019000, 88039000, 88052000, 88024090, 88033000
Indústria de Transformação	Sucos de frutas ou de vegetais	20092900, 20098921, 20098100, 20098912, 20096000, 20097100, 20094900, 20091100,	20093000, 20098922, 20098900, 20098913, 20096100, 20097900, 20092000, 20091200 e	20093100, 20095000, 20098910, 20098919, 20096900, 20094000, 20092100, 20091900	20093900, 20098000, 20098911, 20098990, 20097000, 20094100, 20099000, 20091900
Indústria de Transformação	Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	02013000, 02022090, 02012020 e	02021000, 02023000, 02012090	02022010, 02011000, 02012010,	02022020, 02012010, 02012090
Agropecuária	Café não torrado	09011200, 09011110 e 09011190			

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Comex Stat (Brasil, 2026).

1 O SONHO AMERICANO: A ASCENSÃO DOS ESTADOS UNIDOS

Primeiramente, algo a se pontuar antes de dar início ao caso específico da relação econômica entre Brasil e EUA, é ter uma breve compreensão sobre como se estrutura essa relação entre eles. Para tal, faz-se necessário uma revisão histórica da ascensão norte-americana ao posto de grande potência e como ele se ligou ao Brasil, em um primeiro momento como forma de segurança, e depois com um foco econômico.

Após o rompimento colonial com a Grã-Bretanha, os Estados Unidos entraram em um movimento expansionista interno, impulsionado pelo grande fluxo imigratório que fortaleceu a mão de obra no país. Essa consolidação permitiu que, ao final do séc. XIX, os norte-americanos entrassem na disputa pela hegemonia, enfrentando potências como o próprio Reino Unido e a Alemanha. A primeira, já com um império estabelecido e ainda em busca de expandir suas fronteiras; a segunda, tendo que lidar com o prejuízo de uma “largada tardia” na corrida imperialista, mas fortemente estabelecida internamente (Arrighi, 1996).

Passando para “Doutrina Monroe”³, o então presidente norte-americano, James Monroe, em seu discurso anual ao Congresso dos EUA no ano de 1823, declarou que os americanos deveriam “considerar qualquer tentativa da parte deles [europeus] de estender seu sistema para qualquer parte deste hemisfério como um perigo para a nossa paz e segurança” (Saraiva, 2003) isolando o país da Europa. É válido destacar a importância da Doutrina Monroe, que teve seus ideais de tutela regional abertamente resgatados por Trump em seu segundo mandato. O republicano, através de sua nova Estratégia de Segurança Nacional, reafirmou sua determinação em intensificar sua presença militar e influência na região das Américas, ação que alguns analistas apelidaram de “Doutrina Donroe” (BBC News Brasil, 2024)

Após Monroe, o governo de Woodrow Wilson, que manteve esse “isolacionismo” até quase o final da Primeira Guerra Mundial, com seus slogans de política doméstica “*He kept us out of war!*” (Ele nos manteve fora da guerra!) e “*America First!*” (América primeiro!), fez com que os EUA tivessem o início da sua ascensão focada em crescer primeiro internamente para depois expandir. Esse desenvolvimento interno foi crítico para garantir que os norte-americanos tivessem recursos não só para bancar a Segunda Guerra Mundial, em um primeiro momento, como também para participar dela posteriormente.

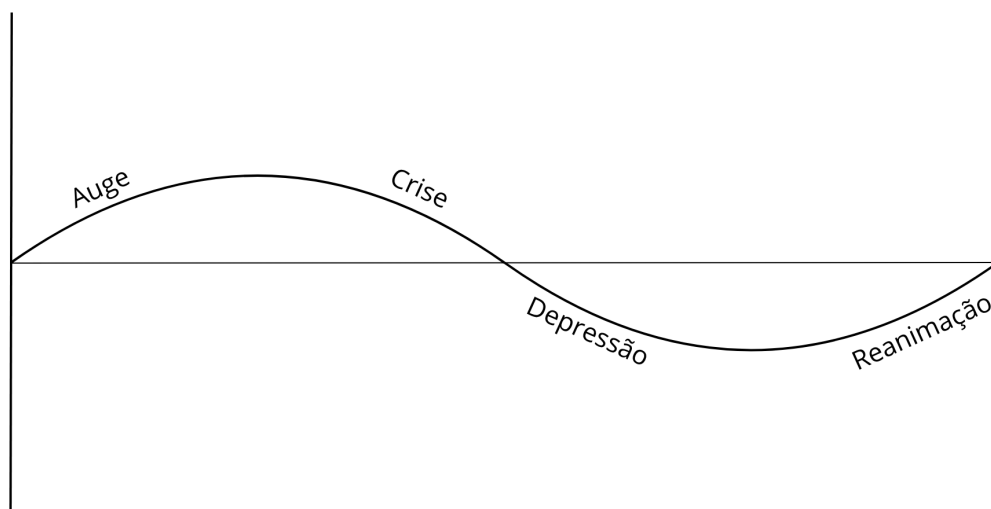
³ A Doutrina Monroe tinha por objetivo inicial, no começo do séc. XVIII, consolidar a separação da América (por completa, não apenas o norte) do sistema europeu, evitando, assim, a recolonização. Ademais, com o passar dos anos, o que era uma política protecionista, se tornou uma “política de hegemonia”, com os EUA intervindo diretamente nos territórios vizinhos, usando critérios particulares de segurança nacional como justificativa para as intervenções (Teixeira, 2014).

No entanto, mesmo com esse desenvolvimento interno e a consequente expansão para o mercado externo, que veio a seguir, a superacumulação de capital que deveria acarretar em lucros serviu como combustível que desencadeou uma crise. A crise de 1929, uma das maiores da história do modelo capitalista, apesar de ter sido um choque, era algo inevitável, algo inerente ao próprio movimento do capital. A “superprodução generalizada, subconsumo das massas e desproporções e assimetrias intersetoriais” (Filgueiras, 2010) são as características que expressam a crise de superacumulação de capital e que acabam desencadeando a crise, e essas características são inerentes ao próprio modelo. Com isso, o mercado se faz saturado com os produtos e começa a tomar medidas para desacelerar e reduzir a produção, sendo uma das primeiras opções o despedimentos de trabalhadores. Então se tem desemprego, redução salarial, diminuição de investimentos, oposta ao aumento dos juros e busca por moeda, desmoronamento do sistema de crédito, e, por fim, a luta por sobrevivência gera o abaixamento dos preços na tentativa de se obter dinheiro e dar fim aos estoques (Ribeiro, 1983).

Ainda assim, o modelo encontra seu caminho de volta aos trilhos, ou, considerando o que foi dito, até mesmo a crise é considerada parte do trajeto. Como descrito por Ribeiro (1983), o modelo capitalista passa por fases que acontecem de tempos em tempos e que podem ser aproveitadas para se entender os momentos históricos. Dividindo o modelo em 4 partes, sendo elas: crise, depressão, reanimação e auge (como ilustrado na Figura 1), é possível notar que os eventos posteriores à crise de 29, se encaixam nessa perspectiva e serviram inclusive para o alavancamento dos EUA na economia mundial.

Os efeitos da Grande Depressão de 29 foram severos, no que tange aos impactos que os EUA sofreram: milhões de pessoas ficaram desempregadas, uma grande parcela dos bancos foram fechados, e a produção industrial sofreu uma redução de 56% em relação à 1929. Franklin Delano Roosevelt, presidente que veio a assumir a presidência logo após a crise, tomou medidas ousadas para lidar com essa fase de depressão e tentar reanimar a economia, sofrendo com pressões do setor conservador por conta das medidas adotadas, como a execução de um grande programa de obras públicas e a redução das horas de trabalho. Com essas medidas, a economia norte-americana começou a recuperar o fôlego e mostrava sinais de recuperação por volta do ano de 1934, essas medidas fizeram parte da ousada política de intervenção de Roosevelt conhecida como: *New Deal* (Sandroni, 1999).

Figura 3 - Ciclo Econômico do capitalismo e suas fases intermediárias



Fonte: Adaptado de Ribeiro (1983).

Foi então no pós Segunda Guerra que os EUA se mostraram como uma potência política e econômica, com os espólios da guerra, o Plano Marshall e as intervenções em outros territórios pelo mundo durante a Guerra Fria. Parte dessa posição de superioridade veio também pela ordem financeira e monetária internacional criada por eles, na qual o dólar agia como moeda de circulação, auxiliando os EUA na sua atuação como credor dos países aliados, bem como de outras nações. Dessa forma, mesmo com algumas concessões a respeito do capital, os Estados Unidos desfrutaram de uma posição privilegiada como centro capitalista mais importante em meados do séc. XX. Então, na década de 1950, a economia mundial voltou a crescer, primeiramente, por conta dos altos gastos na indústria bélica dos EUA, e posteriormente, pela execução da política de contenção, presente no NSC-68⁴ (Balanco; Pinto, 2007; Pereira, 2021).

Esse privilégio, no entanto, teve um choque logo no início da década de 1970, a confiança no dólar se desestabilizou e gerou uma considerável perda no seu poder de compra da moeda. Serrano (2004) esclarece que o padrão “dólar-ouro”, estabelecido na conferência de Bretton Woods, sofreu com fortes pressões internas e externas, ao longo da década de 60. Ao longo desse período, o sistema enfrentou uma crise severa de lastro, fomentada pela disparidade entre a quantidade de ouro disponível nos cofres americanos e o volume de dólares em circulação global.

⁴ O NSC-68 (*National Security Council*) se trata de um relatório ultrassecreto do governo norte-americano do período da Guerra Fria, que traçava uma série de medidas em prol do “rápido fortalecimento político, econômico e militar do mundo livre” (Estados Unidos, 1950).

Não suficiente a crise do lastro, o descompasso do padrão acabou completamente minado em 1971 devido às medidas adotadas pelo governo Nixon. Pressionado pela expansão do crédito fora dos EUA, o presidente pôs um fim definitivo ao sistema de Bretton Woods, abandonando a conversibilidade do dólar em ouro e inviabilizando as trocas para os países que queriam resgatar o metal (Serrano, 2004), em termo mais leigos: dando um calote.

Outrossim, a questão dos créditos nos bancos europeus, que ficou conhecido como “circuito *off-shore* do *eurodollar*”⁵, somada ao fim do lastro, gerou uma explosão nos preços em dólar de matérias primas nos mercados internacionais a partir de 1972. Esse “*boom*” das commodities não se mostrou permanente, à medida que a tendência declinante dos termos de troca das matérias primas e alimentos não foi revertida. Ainda assim, este choque marcou o início de uma era de grande volatilidade nos mercados internacionais de commodities. Além disso, Serrano (2004) destaca ainda que, somado à crescente desconfiança no dólar como moeda internacional, ainda em 1971, os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) passaram a pressionar por reajustes no preço internacional do petróleo e maior participação nos royalties.

Arelado a isso, preocupações com segurança energética e viabilidade do setor petrolífero fizeram com que os norte-americanos tomassem medidas para garantir uma boa quantidade de reservas de petróleo. Dessa forma, os EUA: ampliaram suas importações de petróleo dos países da OPEP, congelaram preços internos do petróleo, para evitar exploração predatória, liberou o preço em novos poços para estimular investimento, e, por fim, aboliu cotas oficiais de importação, aumentando ainda mais a demanda interna dos barris que vinham da OPEP. Com a guerra do Yom Kippur, entre Israel e os países árabes, o preço do petróleo chegou a quadruplicar em 1973. Dessa forma, o primeiro choque do petróleo, que era compreensível a perda de controle da situação, dada a guerra, foi agravada por conta da política expansionista dos EUA (Serrano, 2004).

A economia mundial foi fortemente afetada, sofrendo uma grande desaceleração no seu crescimento, decorrente dos choques das Commodities e do Petróleo. A aceleração da inflação nos países industrializados, juntamente aos problemas na balança de pagamento de outros países, gerou uma introdução generalizada, em alguns casos parcial e outras hesitantes, de políticas macroeconômicas protecionistas. Isso acabou por desencadear mais conflitos

⁵ Sandroni (1999), em seu “Novíssimo Dicionário de Economia”, define offshore como um “termo em inglês que designa qualquer organização financeira sediada fora dos Estados Unidos [...] e suas operações são submetidas a uma legislação especial nos Estados Unidos”. No caso do circuito *offshore* do *eurodollar*, tratava-se de desregulamentação financeira e expansão do mercado de “eurodólares”, isso criou uma liquidez da moeda estadunidense completamente à margem do controle dos Bancos Centrais, o que ampliou de forma considerável a escassez do lastro entre dólar e ouro (Serrano, 2004, p. 429).

distributivos nos países centrais. Que, em um efeito cascata, fez a inflação aumentar ainda mais, e em 1979, com a revolução iraniana, o segundo choque do petróleo surgiu e os preços do produto triplicaram. Mas no mesmo ano, uma figura norte-americana surgiu, decidida a reverter a situação, seu nome: Paul Volcker (Serrano, 2004).

Serrano (2004) comenta como Volcker assumiu em 1979 como novo presidente do *Federal Reserve (Fed)*, sistema de Banco Centrais dos EUA, ainda no governo de Jimmy Carter, e entrou decidido a mudar a abordagem econômica do país no meio internacional. O presidente do *Fed* deu início ao mandato rompendo com a ideia de tentar coordenar a política em conjunto com outros países, suas medidas foram tomadas unicamente em favor dos EUA, e os demais países que dessem um jeito de lidar com aquilo.

Outrossim, Serrano (2004) também discorre que, em um primeiro momento, logo após o segundo choque do petróleo, Volcker decidiu aumentar a taxa de juros norte-americana, o que acabou gerando uma forte recessão na economia global e, ao mesmo tempo, inaugurou um período de valorização do dólar que se estendeu até a metade da década de 80. A economia mundial entrou em recessão, a inflação estancando, os capitais privados foram redirecionados a Wall Street, e a economia mundial teve seu ritmo ressincronizado com a dinâmica estadunidense, “tal ação exprimiu, portanto, as faces de um poder global consolidado” (Pereira, 2021).

Somando a alta de juros ao endividamento dos países em desenvolvimento, que explodiu em uma crise no ano de 1982, os EUA entraram na sua pior recessão. Para tentar tirar o país da crise, Ronald Reagan, que havia tomado posse em 81, começou um forte ataque à classe trabalhadora, movimentos sindicais e demais forças progressistas do país, ao dar início a um processo de desregulamentação industrial, findando em desemprego e redução do poder de barganha dos trabalhadores, devido às fusões e aquisições de empresas, além da re-localização das indústrias, que foram alocadas para países em desenvolvimento (Serrano, 2004). Ainda em seu mandato, Reagan também foi influente na intensificação da corrida armamentista e ao programa “guerra nas estrelas”, que foram importantes para o estabelecimento de uma “ordem” regida pelos Estados Unidos (Pinto; Balanco, 2013).

Através de um enquadramento de diversos países, membros de ambos os blocos, capitalista e soviético, a “ordem” foi restabelecida, e, a partir de 1985, os EUA decidiram adotar uma abordagem mais “pluralista” nas suas relações externas por meio da coordenação entre eles e seus parceiros de bloco, usando das instituições “supranacionais”⁶. Esses

⁶ Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (Pinto; Balanco, 2013).

elementos institucionais possibilitaram uma reafirmação do poder norte-americano, bem como abriu espaço para o reflorescimento dos rentistas, classe dominante do sistema capitalista. Essa união entre Estado e capital (especialmente o financeiro) estadunidense se fortaleceu decorrente da convergência de interesses, a fração financeira em busca de riqueza e o Estado em busca de restabelecer a “ordem” e, posteriormente, implementar seu projeto de “império mundial” (Pinto; Balanco, 2013).

Com o fim da União Soviética, em 1991, os EUA haviam se consolidado, no plano mundial, como uma hegemonia militar, econômico-financeira e política, uma afirmação baseada no argumento de que as fronteiras nacionais iriam acabar, e o “império norte-americano” iria guiar o mundo com seus modelos de liberdade e democracia (Pinto; Balanco, 2013). No entanto, a ordem recém estabelecida pelos Estados Unidos logo começou a ser ameaçada na medida em que se tornava cada vez mais difícil manter o padrão de consumo seguindo as métricas dos norte-americanos, que tentavam exportar sua cultura para os demais países. Limites externos, que iam além da alçada do capital, tornavam esse padrão difícil de se difundir e globalizar, limites como: esgotamento rápido de recursos e deterioração, em níveis altamente acelerados, do ambiente (Filgueiras, 2010).

Como pontuado por Nóvoa e Balanco (2013), o padrão de consumo norte-americano, conhecido como “*American way of life*” era de alguma forma viável no dia-a-dia da população estadunidense porque eles foram moldados neste modelo. Esse paradigma econômico foi disseminado através de uma assimilação ideológica, integrando a classe trabalhadora e à alimentando com aspirações de classe média. Isso afastou a classe operária dos EUA do padrão que era observado na época em outras regiões, como Europa e “Terceiro Mundo”, onde se tinha maior atividade da luta dos assalariados, como manifestações e greves.

Dessa forma, nos EUA, o “*American way of life*” se consolidou e ditou o ritmo do consumo na sociedade estadunidense, principalmente decorrente do modelo keynesiano-fordista estabelecido (Balanco; Pinto, 2007). Já em outros países, como a massa operária não compartilhava das mesmas vontades dos operários norte-americanos, que se assimilaram a classe média, a realidade era outra, e isso fez com que fosse preciso uma reformulação na estrutura produtiva. Países da América Latina (AL), por exemplo, fizeram o que é chamado de “integração passiva”⁷, e passaram por um processo de ajustes estruturais para se integrarem nos circuitos de produção e reprodução do capital (Pinto; Balanco, 2013).

⁷ Integração Passiva: É uma integração sem estratégia bem definida, na qual o país apenas se adapta às regras ditadas pelas nações mais desenvolvidas e com maior capacidade financeira, deixando a nação sem proteção ou capacidade de desenvolvimento para a indústria local (Magalhães, 2006).

Esse ajuste fez a região aderir a essa estratégia com a justificativa de ser a única forma de “modernizar” a região, o que serviria como um facilitador para os Estados Unidos com a integração das nações vizinhas ao seu sistema de produção, criando uma certa dependência. Contudo, esse modelo econômico neoliberal não rendeu tanto quanto esperado na América Latina, e as promessas de crescimento das economias foram fracassando ao longo das duas décadas seguintes praticamente, o que também foi favorável para a alavancada dos governos “nacional-populares” e “desenvolvimentistas” que começaram a surgir por toda a AL (Pinto; Balanco, 2013).

Outro ponto que acabou dificultando a expansão do capital norte-americano para a sua vizinhança do continente foi a ascensão de uma nova potência logo no começo dos anos 2000, a China. O gigante asiático teve forte destaque no seu crescimento, em especial no que tange às *commodities*, e abriu caminho para novas parcerias na AL. Com a elevação nos preços das *commodities*, ampliação do consumo em larga escala e queda de preços de produtos industrializados, a China se tornou um novo adversário dos EUA. Com a dinâmica de acumulação estabelecida pelos EUA e pela economia chinesa se fazendo mais presente no mercado internacional, a economia mundial vivenciou um forte ciclo de crescimento, afetando todas as regiões e países de forma significativa, que perdurou até 2008 (Pinto; Balanco, 2013).

A crise do subprime de 2008 foi um exemplo dos problemas do capitalismo mencionados anteriormente, em especial o padrão de acumulação. Uma crise que não pode ser categorizada meramente como conjuntural, ela carregava contradições e tendências iminentes ao capital, fazendo dela profundamente instável no âmbito econômico, social e político. Isso desestabilizou não só os EUA, que foi o epicentro da crise, mas também todo o mundo, dados as ligações e proximidades entre os países. O Brasil, por exemplo, sofreu forte impacto no mercado financeiro e na demanda e preço das *commodities* (Filgueiras, 2010), que na época estavam em grande ascensão devido à parceria com a China.

Com isso em vista, é possível notar que a economia norte-americana, mesmo sendo a maior atualmente - sob ameaça constante de perder a posição para a China que vem disputando os mercados com os EUA e retomando a rivalidade imperialista (Filgueira, 2010; Pereira, 2021) -, ainda é fortemente ligada às economias de outros países, especialmente por conta da globalização. Isso faz com que seja necessário que os estadunidenses adotem uma postura de cautela com relações diplomáticas e, obviamente, econômicas que eles possuem

com outros países, no intuito de tentar evitar outros desastres globais como as crises de 1929 e 2008⁸.

Dessa forma, convém delimitar a análise das articulações econômicas dos EUA e direcionar o foco para uma das relações comerciais no continente americano. A partir disso, a investigação centra-se em uma das principais parcerias do país no continente: o mercado brasileiro. As relações comerciais entre os dois países americanos se estendem por uma alta gama de produtos, dos mais variados tipos de setores, indo de derivados do petróleo até aviões inteiros. Essa conexão já se mantém por décadas. O Brasil é o principal fornecedor de café para os EUA, produto relevante no mercado norte-americano (Estados Unidos, 2026a).

No entanto, a postura unilateral e a conduta impositiva do atual presidente dos EUA, Donald Trump, ameaçaram não só essa relação, como o mercado interno do país. Ao taxar inúmeros produtos brasileiros, o presidente Trump pôs em risco uma parte do funcionamento da economia norte-americana. Como abordado por Krueger (2026), desde a Segunda Guerra Mundial, os EUA possuíam uma abordagem internacionalista, mas que foi rompida pelas políticas nacionalistas e imperialistas de Donald Trump. A autora também pontua como as tarifas do republicano causam empecilhos à própria população norte-americana - seja afetando os produtores locais, por gerar incertezas quanto à competitividade contra as importações, ou afetando os exportadores que enfrentaram custos mais altos e tarifas retaliatórias de outros países.

Ademais, encarecer um produto que se faz tão presente na mesa do cidadão pode acabar impactando a opinião da população sobre o governo, elemento crítico na manutenção do poder e controle da ordem. Como pontuado no documento oficial do USTR (Estados Unidos, 2026a), a respeito da investigação de Washington contra o Brasil, alguns dos insumos foram removidos da lista das tarifas após declarações de caráter popular, além de revisão em critérios regulatórios e fitossanitários estipulados por órgãos dos EUA - como o café, por exemplo. Por isso, é importante verificar a pauta exportadora do Brasil e analisar quais produtos têm esse destaque, e como eles se dispõem no mercado e na sociedade norte-americana que os torna tão relevantes e importantes.

⁸ Essas crises foram decorrentes do mesmo fenômeno: a superacumulação de capital, que, como discorre Filgueira (2010), é o que define as crises gerais capitalistas. A primeira foi decorrente do estouro da bolha de Nova Iorque, inundando o mercado global com dezenas de milhões de títulos, enquanto a segunda surgiu por meio do processo especulativo no mercado imobiliário nos EUA, no qual vários créditos hipotecários foram transformados em títulos financeiros e vendidos globalmente como ativos financeiros (Filgueiras, 2010; Sandroni, 1999). Por isso, a cautela dos Estados Unidos, em como se dispõe suas dinâmicas políticas e econômicas com outros países, pode ser um fator fundamental que irá evitar uma nova crise como essas ou pelo menos amenizar os seus efeitos.

2 ESTADOS UNIDOS E BRASIL: CONEXÃO NORTE-SUL

Antes de seguir para a pauta exportadora brasileira, é válido fazer uma breve recapitulação de como se desenrolou a relação entre essas duas nações para se ter uma noção de como se deu início e quais momentos marcaram essa parceria.

O Brasil teve um contato inicial com os EUA, de forma comercial, ainda na época do Império. O Império brasileiro foi o primeiro país da América Latina a expressar satisfação e interesse nas políticas do presidente norte-americano James Monroe, a Doutrina Monroe (“América para os americanos”), e tentou estabelecer uma aliança formal com o país do norte. De início, uma aliança militar foi proposta, mas recusada pelos EUA. No entanto, pouco tempo depois, um acordo comercial foi estabelecido, mesmo que com um escopo limitado (Teixeira, 2014).

Ao mesmo tempo em que o Brasil buscava estreitar os laços com os Estados Unidos, a Argentina também se movimentava para se aliar aos norte-americanos, mas, diferente do Brasil, os argentinos desejavam uma aliança militar, chegando ao ponto de requisitar uma intervenção contra o Brasil em um conflito, o qual foi recusado de imediato. O governo de Monroe deixou claro que a Doutrina Monroe não era um compromisso de defesa, e por isso, eles não tinham a obrigação de se envolver em conflitos internos da AL (Teixeira, 2014).

Nesse contexto, uma disputa entre Brasil e Argentina teve início. Ambos buscavam ganhar destaque na AL, com o intuito de conquistar a “Primazia da América do Sul”⁹, e tomar o posto de potência da região. No entanto, cada um buscou essa primazia de formas diferentes. Enquanto a Argentina buscava demonstrar independência do país norte-americano, o Brasil buscava a aproximação, que parecia ser o caminho mais viável e vantajoso, não só pelo fornecimento de recursos, mas também como um símbolo de hegemonia em ascensão. Dada a distância relativamente longa dos EUA até o sul da América, além da geografia e estabilidade dos países sul-americanos na época, uma aliança com os governos regionais era bastante favorável e permitia voltar atenção ao Caribe¹⁰, região mais relevante nas questões de segurança nacional dos EUA (Teixeira, 2014).

Contraditoriamente, Teixeira (2014) pontua que, em boa parte do séc. XIX, os EUA estabeleceram um subsistema na América do Sul que viria a ajudar a entrada dos

⁹ Primazia da América do Sul: Essa primazia correspondia a busca por uma área de influência pelos países mencionados (Teixeira, 2014);

¹⁰ Atenção essa devida a forma como os EUA tratavam a região da América Central. Uma região considerada por eles “impotente e instável”, e era de interesse vital para os norte-americanos manter o controle do que eles chamavam de seu “mar interior”, através da Doutrina Monroe, consequentemente mantendo o domínio europeu longe da região (Teixeira, 2014).

norte-americanos na região, assim que a Doutrina Monroe se tornasse uma política verdadeiramente continental, e não apenas na região do Caribe, e, nesse subsistema, Brasil e Chile serviam de espinha dorsal juntamente a outro país sul-americano: a Argentina. No final das contas, a aliança com o Estado norte-americano era uma excelente alavanca para elevar o status dos países sul-americanos, e o Brasil pretendia se aproveitar disso.

Nesse contexto, o Brasil se dispôs a um “acordo não escrito”, no qual o país se aproveitava das políticas de segurança e apoio que a Doutrina Monroe garantia ao continente. Ademais, sob a liderança do Barão do Rio Branco (1902-1912), o país pôde negociar acordos e resoluções referentes às fronteiras com seus países latinos vizinhos. Então, a relação entre os dois países americanos se estreitou, com os Estados Unidos dando apoio ao Brasil, mesmo que de forma intervencionista, com a política da doutrina, enquanto o Brasil advogava a favor dos EUA em certas questões na AL, como quando atuou como mediador dos interesses estadunidenses no México em 1914 (Milani, 2011).

A partir da década de 1930, os Estados Unidos tiveram uma mudança de postura quanto a sua investida nas Américas. Milani (2011) destaca que Franklin D. Roosevelt, então presidente do norte-americano, mudou o discurso oficial do país, declarando que teriam uma abordagem mais amigável, com políticas de boa vizinhança, reforçando os projetos de cooperação econômica e financeira. Isso tudo decorrente da crise de 29, instabilidade na Europa, e a insatisfação dos países da AL com as políticas estadunidenses para a região. Mas na realidade, a política dos EUA continuava a mesma, ainda firmada na Doutrina Monroe, apenas mascarada sob uma política de cooperação, e isso auxiliou o país a firmar sua influência no hemisfério, que viriam a lhe ser úteis tanto na Segunda Guerra Mundial, quanto na Guerra Fria (Milani, 2011)

No que tange o Brasil, o país se manteve neutro em sua posição internacional, até meados da Segunda Guerra, em 1941, quando se aliou aos norte-americanos. Isso se deu por conta da diplomacia neutra e amigável que o país mantinha a anos, fazendo com que negociações fossem feitas até mesmo com a Alemanha de Hitler, indo além de cooperações econômicas, também se dando no campo militar e industrial. Isso fez com que os EUA envolvessem o Brasil em seu sistema de poder, com o fito de neutralizar a presença alemã na região. Dessa forma, Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, se valeu o máximo que pôde da relação com ambos os países, aproveitando o conflito entre eles para requisitar benefícios para o Brasil em troca de seu apoio, mas com um ultimato dos norte-americanos, Vargas acabou se aliando a eles. Esse jogo de Vargas, entre as duas nações, ficou conhecido como “estratégia política de equidistância pragmática” (Milani, 2011; Moura, 1980).

Vargas foi um ator chave no desenvolvimento industrial do Brasil. Com o apoio fornecido tanto pelos norte-americanos, como pelos alemães, o país foi capaz de desenvolver a indústria interna, em especial o setor do aço, que teve um alto crescimento com o financiamento da construção da usina de Volta Redonda. Após isso, Dutra manteve em seu governo (1946-50) um alinhamento de interesses praticamente absoluto ao dos EUA, o que desencadeou na decepção de algumas elites governantes em 1951. Com a volta de Vargas, uma onda de ideais nacionalistas, populistas e anti-imperialistas tomou o país, e, se aproveitando da vontade norte-americana de minar quaisquer oportunidades do avanço soviético nas Américas, o governo do Brasil tentou procurar apoio para projetos econômicos, mas a tentativa não vingou, tendo em vista que a realidade internacional já não era a mesma de 1935-41 (Milani, 2011).

O governo de Juscelino Kubitschek (JK) também tentou pressionar Washington com demandas de cooperação, através da Operação Pan-Americana (OPA), projeto visando auxílio não apenas para o Brasil, mas para toda a América Latina. Entretanto, não obteve-se a resposta esperada, e, para complicar ainda mais a situação, a comissão fundada para criar projetos de cooperação econômica foi minada pela gestão do então presidente dos EUA, o republicano Dwight D. Eisenhower. Ainda assim, a OPA foi peça fundamental na criação de instituições de grande importância atualmente para a AL, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) (Milani, 2011).

Não obstante, como aponta Almeida (2007), o interesse em conseguir apoio de forma cooperativa dos Estados Unidos, JK teve um governo marcado por um modelo de desenvolvimento “associado e dependente” do investimento estrangeiro, abandonando o modelo nacional-desenvolvimentista de Vargas. Nesse período, a dependência do Brasil em relação ao capital e tecnologia estrangeira era facilmente visível, em especial no que tange o Plano de Metas de Kubitschek. Com isso, o governo de JK teve um inegável crescimento econômico e industrial, com o apoio de elevados investimentos estrangeiros que foram feitos no país. Contudo, o desequilíbrio nas contas públicas foi igualmente inegável, sendo necessário, posteriormente, um “Plano de Estabilização” pelo FMI (Almeida, 2007).

Almeida (2007) aponta que o plano do FMI acabou afetando subsídios às importações de gasolina e trigo, os diminuindo, o que afetou, consequentemente, os custos de vida, fazendo JK “romper” com as negociações do FMI e abandonando o plano. Assim, durante esse período, as exportações caíram cerca de 15%, enquanto as dívidas externas cresceram 50%, e isso afetou consideravelmente o governo seguinte, de Jânio Quadros, que se iniciou

em 1961 com uma forte desvalorização cambial, unificação de taxas e uma série de medidas ortodoxas para lidar com os problemas nas contas do país. Almeida ainda destaca que isso afetou o governo do sucessor de Jânio, dificultando a continuidade do plano de estabilização, e João Goulart não teve capacidade de recuperar as taxas de crescimento.

Foi então, com o “Plano Trienal de Desenvolvimento Social e Econômico”, elaborado por uma equipe liderada por Celso Furtado, que novas medidas de recuperação foram adotadas. Esse plano tinha a pretensão de provar que era possível conduzir a economia sem impor as medidas ortodoxas adotadas pelo FMI em seus planos de estabilização. Contudo, não foi bem sucedido, dada as limitações de investimento estrangeiro no país. Isso tudo, somado ao fracasso da missão a Washington, do ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, para solicitar uma ajuda financeira, e uma deterioração da situação macroeconômica do país (com a inflação alcançando o dobro do percentual atingido na época de JK) causou uma crise na economia (Almeida, 2007).

É válido ressaltar que esse fracasso de Jânio Quadros e João Goulart foi algo favorável aos EUA, por conta das declarações de ambos em relação as relações diplomáticas com o lado comunista do globo, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), China (ainda em ascensão na época) e a Cuba de Fidel Castro. A chamada “Política Externa Independente” (PEI)¹¹, foi um ponto fundamental nesse período, justamente por esse contato, visto como uma nova ameaça ao contexto do continente americano, já bastante agitado. Isso representou para os norte-americanos um acúmulo de sinais negativos, que afetou as relações bilaterais do Brasil com os EUA. Nesse contexto, diante do cenário de instabilidade econômica, a PEI foi interrompida em 1964, a brecha para a mudança política estava garantida, e com o apoio dos EUA, o Golpe de 1964 instaura a ditadura militar (Almeida, 2007; Milani, 2011).

Como elucidado por Milani (2011), o período da ditadura foi de turbulência nas relações entre Brasil e Estados Unidos, oscilando entre alianças, compreensões e atritos. Isso se deu por conta também da diferença de regimes que cada militar no comando adotou em seu respectivo mandato, indo de alinhamento automático até uma abordagem mais independente no meio internacional. Os EUA estavam determinados a manter a sua influência no Brasil, formulando até uma medida de proteção para os militares golpistas, na possibilidade do golpe falhar, chamada “Operação *Brother Sam*”. Ademais, houve uma forte mobilização para conter

¹¹ A Política Externa Independente (PEI) foi um marco da autonomia brasileira, aprofundando a política externa do Brasil desde Vargas, com o intuito de projetar o país no cenário internacional sem constrangimentos ideológicos, que gerou uma divisão interna, entre os que eram a favor do alinhamento com o Ocidente (EUA) e os que eram a favor do Oriente (URSS). Ainda assim, a PEI foi essencial para o desenvolvimento industrial e do capitalismo interno, criando uma identidade autônoma para o país (Manzur, 2012; Vizentini, 1994).

movimentos populares e de tendências “esquerdistas”, em prol de “restaurar a ordem” do país (Vizentini, 1994).

Essa abordagem não foi algo exclusivo da relação entre Brasil e Estados Unidos. Pereira (2021) esclarece que os norte-americanos financiaram golpes e regimes autoritários, com o intuito de atrair as economias do terceiro mundo para a área de influência econômica e cultural estadunidense. Essas intervenções expandiram os horizontes geográficos de circulação do capital, aumentando ainda mais a rede de fornecimento de matérias primas essenciais para a indústria do país. Pereira também pontua a respeito dos espaços “livres”, nos quais o capital internacional teria acesso de forma segura, para lucrar, além da disponibilidade de recursos naturais estratégicos, tudo como forma de expansão da influência dos Estados Unidos nos mercados internacionais.

No entanto, os mesmos Estados Unidos que estavam apoiando todo o processo ditatorial das Américas, também foi o responsável pela crise econômica que trouxe a baixo essas ditaduras. Com as políticas de Paul Volcker, que aumentou drasticamente os juros nos EUA, vários países da América Latina sofreram com problemas de recessão, inflação e migração de investimentos, causando sérios problemas e prejuízos internos. Isso trouxe ao fim os “Anos Dourados do Capitalismo” e minou o crescimento econômico que a ditadura vinha tendo, levando a um longo ajuste recessivo, agravado pelo fim do financiamento abundante de recursos externos¹² (Hortencio; Milani, 2016; Pereira, 2021; Pinto; Balanco, 2013).

Com os problemas se somando, o regime militar não resistiu por muito mais tempo, e chegou ao fim em 1985. Contudo, as marcas do período perduraram por um bom tempo, deixando o país em uma fase de “instabilidade sem desenvolvimento”, que só veio a alcançar relativa estabilidade com o Plano Real em 1994 (Almeida, 2007). Outrossim, o fim dos investimentos e apoios externos deixou o Brasil em uma situação “vulnerável”, assim como outros países da AL, e com a ascensão do modelo neoliberal na economia global, o Brasil ingressou de forma “passiva” no movimentos de globalização, aderindo ainda aos ajustes estipulados no Consenso de Washington¹³. Além disso, o advento do neoliberalismo também foi o responsável pelo fim dos projetos nacionais de desenvolvimento (Pinto; Balanco, 2013; Vizentini, 1994).

O fim do séc XX e o começo do séc XXI marcou o que Pinto e Balanco (2013) apontam como uma transição, partindo do modelo neoliberal, para o que chamam de “janela

¹² Financiamento esse chamado de “farra industrializante” por Hortencio e Milani (2016);

¹³ Segundo o Novíssimo dicionário de Economia de Sandroni (1999), define o Consenso de Washington como um conjunto de recomendações para que fossem adotadas políticas de abertura de mercado e “Estado Mínimo” (privatizando as atividades produtivas) com o intuito de resolver a crise fiscal.

de oportunidades” do século XXI. Nos primeiros anos desse novo período, a estrutura do padrão estabelecido pela hegemonia norte-americana permaneceu praticamente a mesma, contudo, alguns eventos foram abrindo caminho para que as mudanças fossem feitas. O governo Lula no começo, por exemplo, não pôde se desvincular totalmente do modelo neoliberal, especialmente da fração financeira, e por isso não teve uma guinada forte o suficiente em direção ao modelo nacional-desenvolvimentista. Mas nos últimos anos do seu segundo mandato, graças a crise do SubPrime de 2008, uma fissura surgiu na hegemonia da fração bancária-financeira, criando a oportunidade de uma maior autonomia do Estado e a possibilidade de um debate sobre o desenvolvimento nacional (Pinto; Balanco, 2013).

Ademais, outro fator que permitiu ao Brasil - entre outros países da AL - a diminuir a vulnerabilidade em relação aos EUA foi o “efeito China”. O gigante asiático causou impactos significativos na economia mundial, surgindo como um “novo pólo”, com destaque para a produção de tecnologia da informação e bens de consumo industrial, além de ser um grande mercado de produção global de máquinas e equipamentos, matérias-primas e produtos de alta tecnologia, se tornando um dos principais destinos das exportações da América Latina (Pinto; Balanco, 2013).

Nesse cenário, sob a perspectiva do Brasil como grande produtor de *commodities*, a ascensão da China abriu caminho para uma saída da dependência comercial que tinha com os EUA. Contudo, o desempenho não foi tão favorável quanto para outros países da AL, pois a indústria brasileira - apesar do lucro momentâneo - sofreu com a competitividade dos manufaturados chineses. Esse quadro se agravou ainda mais com a crise de 2008 devido ao redirecionamento para a região, em virtude da redução do consumo nos Estados Unidos. Essa dinâmica comercial - centrada na exportação em massa de produtos primários e importação de produtos industriais - tende a provocar um aumento na vulnerabilidade externa, exatamente o que o Brasil sofria com os EUA, só que dessa vez com a China, e em uma escala muito maior, enfraquecendo a produção industrial interna, a chamada “reprimarização” (Pinto; Balanco, 2013).

Não obstante a reprimarização e os riscos estruturais que ela acarreta, a alta demanda chinesa por matérias primas desempenhou um papel paradoxal, sendo crucial para a recuperação econômica do Brasil após a crise do SubPrime. Segundo Pinto e Balanco (2013), a ascensão da china garantiu que a taxa de crescimento do PIB nos países em desenvolvimento voltasse a crescer entre os anos de 2009 e 2010, época que o PIB havia caído para 2,8% - no auge da crise em 2009 - e logo se recuperado para a casa dos 6-7% em 2010 e 2011.

Nesse contexto, a influência dos EUA na balança de pagamentos brasileira diminuiu, frente ao crescimento da China, e entre 2010 e 2017, a relação bilateral Brasil-EUA, não teve muitas questões de destaque, sendo a principal delas, o acordo mútuo que praticamente isentava os impostos sobre etanol, o que favoreceu bastante os produtores de ambos os países. Entretanto, o cenário alterou-se após 2017, com o retorno das tarifas e a imposição de novas barreiras protecionistas - o que gerou prejuízo para os produtores norte-americanos e atritos com Washington. Esse histórico de tensões comerciais acabou servindo de base para que, em 2025, o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) iniciasse investigações formais contra o Brasil com apoio na Seção 301 da Lei do Comércio estadunidense (Estados Unidos, 2025).

Após esse período, o governo brasileiro sofreu com uma forte ruptura na sua política externa. Enquanto o Brasil historicamente se destacou como um defensor da ordem mundial baseada em regras e da participação ativa em instituições multilaterais, o governo de Jair Bolsonaro alterou radicalmente essa orientação internacional. A administração de extrema-direita retirou o país de diversos organismos regionais latino-americanos, provocou severos retrocessos nas relações bilaterais com vizinhos governados por progressistas e passou a enxergar o chamado "marxismo cultural internacional"¹⁴ como uma ameaça à soberania nacional. Embora o terceiro mandato do presidente Lula tenha retomado a cooperação ativa e engajada nos âmbitos regional e global a partir de 2023, os danos estruturais deixados por essa gestão populista não puderam ser reparados de forma imediata (Birle; Zilla, 2025).

Dessa forma, a terceira gestão do governo Lula (2023 em diante) tem trabalhado para reaver as conexões e regimes regionais que estão em crise desde meados do séc XXI, e esse trabalho tem mostrado alguns lucros até o momento. Um deles é a movimentação - mesmo que contraída e lenta - do acordo Mercosul-União Europeia, estagnado desde o começo do século. Tendo em vista a ascensão de políticas protecionistas ao redor do globo, o avanço nas negociações desse acordo entre grandes blocos econômicos é considerado um grande passo na relação entre eles (Birle, 2025; Nolte, 2025 apud Birle; Zilla, 2025).

Tendo isso em vista, a atual situação de descompasso e atrito entre os governos brasileiro e estadunidense mostra-se ser algo antigo e profundo, mais do que um mero desentendimento comercial pontual. Nesse sentido, uma forma de visualizar os reflexos de

¹⁴ “Marxismo Cultural” refere-se a uma narrativa difusa apropriada por correntes da extrema direita para designar o que percebem como uma hegemonia de valores progressistas, identitários e de esquerda nas instituições culturais, educacionais e midiáticas do Ocidente. Sobre a origem e a instrumentalização política desse conceito pela direita radical, ver Jamin (2014, p. 86).

como essa tensão política reverbera na economia real é observar o comportamento da dinâmica dos fluxos comerciais, avaliando os reais desdobramentos práticos e as limitações das políticas protecionistas da administração Trump sobre os estados brasileiros.

3- OS CINCO PRINCIPAIS PRODUTOS DO COMÉRCIO BRASIL-EUA

Nessa seção será apresentada a pauta exportadora e o ranking de produtos que mais rendem divisas para o Brasil no comércio com os EUA - os cinco produtos do topo da lista, seguindo o critério de valor FOB - e a disposição desses produtos na lista de itens taxados pelos EUA, fazendo uma comparação entre os itens que foram poupados das tarifas desde a primeira lista divulgada, e os que acabaram recebendo a taxaço no começo, mas que depois também foram isentos. Além disso, foi investigado se os mesmos cinco itens se mantiveram nessa lista ou se houve uma mudança no ranking de antes para após a aplicação das tarifas, como também os estados brasileiros afetados - seja redução ou crescimento das exportações - nessa transição tarifária.

Antes de serem apresentados os dados, é válido elucidar com dados claros, a relevância dos EUA para o comércio brasileiro. Para tal, a figura 4 apresenta um resumo de algumas informações como: valores de exportação e importação, o ranking dos Estados Unidos entre os países parceiros do Brasil, bem como a situação dessa relação bilateral, que, como mostra a figura, o Brasil tem déficit com o país norte-americano.

Figura 4 - Quadro de resumo da relação bilateral do Brasil com os EUA (comparativo 2024/2025)



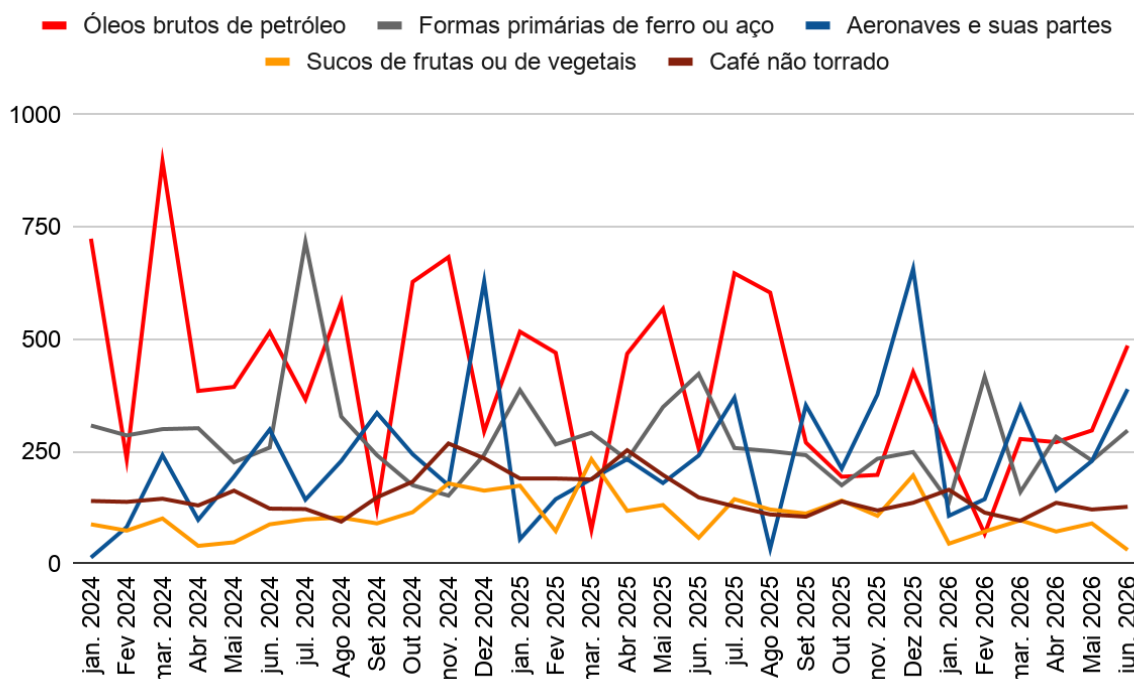
Fonte: Elaborado através da plataforma Comex Stat (Brasil, 2026).

Nesse contexto, de acordo com estatísticas do Comex Stat (Brasil, 2026), os cinco itens que mais se destacaram na pauta exportadora brasileira para os Estados Unidos - seguindo o critério de valor FOB - entre os anos de 2025 e 2026 são: café (não torrado), suco de frutas ou de vegetais, carne bovina (fresca, refrigerada ou congelada), aeronaves (e seus componentes), e produtos derivados de ferro, aço (produtos semi-acabados e outras formas primárias) e petróleo (óleos brutos de petróleo ou minerais betuminosos, crus). O que chama a atenção, de início, nessa lista é a variedade de setores e níveis de tecnologia entre os produtos.

Outrossim, é importante pontuar que entre os produtos apresentados, apenas: o café, sucos e carne bovina foram taxados na primeira listagem de agosto de 2025, mas também foram isentos na listagem posterior de novembro do mesmo ano (Estados Unidos, 2025b; Estados Unidos, 2025c).

Além disso, nota-se um aspecto relevante no ranking analisado. Embora o recorte compreenda 6 itens ao todo, ele reflete as cinco principais posições das exportações para os Estados Unidos. Essa oscilação ocorre porque a imposição tarifária provocou uma reconfiguração no ranking, resultando na substituição de um dos produtos da primeira listagem por um novo item no período posterior à aplicação das tarifas. Com isso, tem-se esse paradoxo, de seis itens ocupando as cinco principais posições do ranking analisado - com destaque justamente para os itens que variaram, sendo eles: sucos de frutas ou vegetais e carne bovina.

Gráfico 1 – Evolução mensal de janeiro de 2024 a junho de 2026 dos cinco bens mais exportados do Brasil (em milhões de US\$)



Fonte: Elaborada com base nos dados do Comex Stat (Brasil, 2026).

Como é ilustrado no gráfico 1, a partir de agosto de 2025, quando as tarifas da administração Trump foram efetivamente aplicadas, é possível notar o impacto que elas causaram nos insumos. Os insumos de óleos brutos de petróleo ainda conseguiram se manter firmes por mais um mês, até começar a diminuir as exportações em setembro. As aeronaves e

suas partes apresentaram uma repentina queda nas exportações, mas logo se recuperaram e mantiveram o padrão de vendas visto em 2024, com um maior fluxo ao final do ano e um começo de ano baixo e lento. Enquanto aos demais itens, todos tiveram uma retração durante o período de agosto a novembro, produtos primários de ferro ou aço se recuperaram no começo do ano de 2026, enquanto café não torrado manteve o mesmo padrão e os sucos acabaram em queda.

Na listagem apresentada na tabela 2, no apurado dos 12 meses do ano de 2025, segundo dados do Comex Stat (Brasil, 2026), óleos brutos de petróleo, produtos primários de ferro ou aço, aeronaves (e suas partes), sucos e café lideravam o ranking. É válido ressaltar, como mencionado na seção de metodologia, que alguns produtos não foram considerados, mesmo tendo uma participação expressiva na balança comercial. Isso se deu pela classificação deles na própria plataforma utilizada - por exemplo, variações de processados e subprodutos de ferro ou aço e petróleo -, assim, apenas a categoria com mais destaque foi considerada no presente trabalho, em prol de explorar e analisar a diversidade da pauta exportadora e da intensidade tecnológica.

Tabela 2 - Principais produtos da pauta de exportação brasileira para os Estados Unidos em 2025

Seção ISIC	Posição CUCI	Valor US\$	Participação (%)
Indústria Extrativa	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus	4.701.513.968	12,5
Indústria de Transformação	Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço	3.362.953.876	8,9
Indústria de Transformação	Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes	3.050.554.628	8,1
Indústria de Transformação	Sucos de frutas ou de vegetais	1.614.076.828	4,3
Agropecuária	Café não torrado	1.909.441.987	5,1

Fonte: Elaborada com base nos dados do Comex Stat (Brasil, 2026).

Ao agregar derivados do petróleo, ferro e aço na listagem, é possível se ter uma melhor perspectiva dos produtos que se destacam no comércio entre o Brasil e EUA, e notar onde cada um se dispõe na economia norte-americana. Óleos brutos de petróleo, formas primárias de ferro ou aço e peças de aeronaves marcam forte presença na indústria dos EUA, sendo componentes importantes no setor industrial. Por outro lado, aeronaves, sucos e café se

fazem presentes no cotidiano dos cidadãos estadunidenses, seja no consumo doméstico ou na mobilidade urbana (Corrêa, 2025).

No entanto, quando se levanta os dados de 2026 - dos primeiros 6 meses do ano - e compara-se com o ano anterior, é possível notar uma certa diferença na listagem do ranking - mesmo com apenas um semestre apurado. Como apresentado na tabela 3, boa parte da lista se mantém igual ao ano de 2025 (com o café, e os produtos relacionados a aeronaves, ferro ou aço e óleos brutos de petróleo mantendo a mesma posição, mudando apenas a porcentagem de participação), porém, a exportação de carne bovina toma a posição de sucos, na quarta colocação. Ademais, ao se revisar a lista dos itens taxados em julho de 2025 e a nova lista liberada em novembro do mesmo ano, ambos sofreram com a primeira tarifa, e ambos foram isentos na lista posterior, porém, os sucos foram mais afetados por ela (Estados Unidos, 2025b; Estados Unidos, 2025c). Isso pode ser explicado por uma possível falta de fôlego dos produtores de sucos - ao não conseguirem lidar com as novas barreiras e não terem criado medidas para contornar o problema-, e pelas manobras de contenção aplicadas pelos produtores de carne brasileiros, escoando a produção para outras regiões do mundo, na tentativa de contornar a situação.

Tabela 3 - Principais produtos da pauta de exportação brasileira para os Estados Unidos entre janeiro e junho de 2026

Seção ISIC	Posição CUCI	Valor US\$	Participação (%)
Indústria Extrativa	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus	1.642.275.570	9,4
Indústria de Transformação	Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço	1.528.485.677	8,8
Indústria de Transformação	Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes	1.387.054.035	8,0
Indústria de Transformação	Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	1.115.921.238	6,4
Agropecuária	Cafê Torrado	761.940.550	4,4

Fonte: Elaborada com base nos dados do Comex Stat (Brasil, 2026).

Entre os possíveis novos destinos de escoamento, observa-se uma dinâmica de realocação nos fluxos de exportação de carne bovina brasileira. A partir do cruzamento mensal dos dados de exportação extraídos do Comex Stat (Brasil, 2026) entre janeiro e junho de 2025 e mesmo período de 2026, nota-se que os exportadores brasileiros aumentaram as

vendas aos EUA, ao passo que o mercado chinês registrou uma alta ainda mais considerável no mesmo intervalo. As exportações de carne direcionadas aos Estados Unidos tiveram um aumento de 41% no primeiro semestre de 2026 em relação ao mesmo período do ano anterior (reflexo do impacto tarifário, mesmo com a retirada do item da lista no final de novembro), enquanto os sucos tiveram um recuo expressivo de 48,15%.

Destaca-se que o fluxo de carne bovina em 2024 para o mercado norte-americano era restrito à carne congelada (cujos NCMs de 8 dígitos representaram quase a totalidade das vendas), enquanto em 2025 houve o registro agregado de novas categorias. Esse fator pode explicar em parte o crescimento nas exportações. No mesmo intervalo, as exportações para a China tiveram um crescimento de 52,73%. Embora os dados não permitam estabelecer uma conexão direta de causalidade, o movimento simultâneo sugere uma reorientação estratégica da produção brasileira, em prol de contornar as possíveis perdas com as tarifas aplicadas até então.

Outrossim, com base na ferramenta Comex Vis do banco de dados do MDIC (Brasil, 2026), houve uma dinâmica entre sucos e carnes que elucida a leve redução dos lucros do primeiro e a ascensão do segundo. Com base nos dados, os sucos tiveram uma singela queda no valor FOB de 0,1% entre 2024 e 2025, com uma queda na quantidade de exportações de 7,1%, e um aumento dos preços de apenas 7,6%. Em contrapartida, as carnes tiveram um aumento no valor FOB de 42,5%, além da quantidade com 21,4%, e os preços que subiram 17,4%. Dessa forma, é possível entender porque, mesmo com a queda das exportações para os EUA, os dois setores tiveram um resultado diferente no apurado do primeiro semestre de 2026. Enquanto o segmento de sucos perdeu fôlego no mercado internacional, o segmento de carnes resistiu às tarifas através dos mercados alternativos, e teve destaque considerável no começo de 2026.

Ao se analisar os dados do Comex Vis para o período 2025/2026, essa perda de fôlego fica ainda mais evidente. Seguindo a mesma ordem das estatísticas, tem-se uma retração de 34,8% no valor FOB exportado, aumento na quantidade de toneladas exportada em 12,1%, e queda expressiva nos preços de 41,8% para os sucos. Por outro lado, as carnes apresentaram um aumento das exportações em 38,5%, também expandiu a quantidade exportada em 16,2%, e teve um crescimento de 19,2% nos preços - valores ilustrados na tabela 4. Com base nesses dados, fica claro como o segmento de carnes se manteve resiliente e estruturado para se destacar e sobressair em relação ao de sucos.

Tabela 4 - Quadro de resumo do comparativo de exportações de 2024/2025 e jan-jun 2025/2026 de sucos e carne bovina

Dados	Resumo de 2024/2025		Resumo de jan-jun 2025/2026	
	Sucos	Carnes	Sucos	Carnes
Valor (US\$ Bilhão)	-0,1%	+42,5%	-34,8%	+38,5%
Quantidade (Milhão de toneladas)	-7,1%	+21,4%	+12,1%	+16,2%
Preço (US\$ FOB/kg)	+7,6%	+17,4%	-41,8%	+19,2%

Fonte: Elaborada com base nos dados do Comex Stat (Brasil, 2026).

Em contrapartida, enquanto o setor agropecuário precisou lidar com questões logísticas frente aos reflexos diretos das barreiras tarifárias, outros segmentos da pauta exportadora bilateral mantiveram-se blindados, dado seu valor estratégico. Como discutido no capítulo 1, a preservação do setor petrolífero - com extração de petróleo, óleo e derivados - no topo da lista e fora do escopo das tarifas reflete um pragmatismo histórico das políticas energéticas norte-americanas, como observado durante as crises do petróleo ao longo da década de 1970. Os Estados Unidos consistentemente protegem o acesso a insumos energéticos para atenuar a vulnerabilidade interna e evitar choques e crises de abastecimento. Ainda assim, o produto teve uma queda de 30,39% nas exportações em valor FOB, no primeiro semestre de 2026, em comparação ao mesmo período de 2025, antes da aplicação das tarifas (Brasil, 2026).

Nessa mesma linha de insumos fundamentais, os produtos de ferro e aço ocupam uma posição de destaque logo após os derivados do petróleo, fornecendo a base material para uma alta variedade de linhas produtivas na indústria de transformação estadunidense. Por estarem integrados às cadeias da indústria local e global, esses itens refletem o vínculo e certa dependência produtiva entre os dois países, onde as barreiras tarifárias geram despesas em cascata para a própria malha industrial dos Estados Unidos ao dificultar o fornecimento desses tipos de insumos. Por isso, é possível compreender o porquê desses itens - bem como outros semelhantes - estarem entre os produtos isentos desde o começo das tarifas, conforme a lista oficial divulgada pela Casa Branca (Estados Unidos, 2025b). Não obstante, esses insumos tiveram uma queda de 24% no valor das exportações no primeiro semestre de 2026, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ainda na pauta dos manufaturados, mas com produtos de maior intensidade tecnológica, o setor de aeronaves, suas partes e outros componentes, ilustra com precisão as nuances das questões estratégicas do comércio bilateral. No Brasil, a área é liderada pela

Embraer, terceira maior fabricante de aviões do mundo - atrás apenas da Boeing e Airbus -, e que possui uma relação de longa data com o mercado norte-americano, onde suas aeronaves sustentam grande parte das rotas aéreas do país. Segundo a própria empresa, cerca de um terço dos vôos regionais são operados pela Embraer (Corrêa, 2025).

Contudo, o anúncio de sobretaxas e o ambiente de incerteza tarifária, no começo do ano de 2025, imposto pela administração Trump, trouxe à tona a necessidade de precauções frente a vulnerabilidade do setor. Conforme apurou Corrêa (2025), a ameaça das barreiras comerciais gerou fortes preocupações na companhia, uma vez que os Estados Unidos representam o seu mercado mais relevante - exportando 45% dos jatos comerciais e 70% dos jatos executivos da empresa brasileira, segundo o pronunciamento do CEO da Embraer, Francisco Gomes Neto. A hegemonia da Embraer no mercado norte-americano evidencia os limites práticos das medidas protecionistas extremas, destacando que as restrições acabam penalizando não só o mercado brasileiro, mas também os próprios operadores e clientes nos Estados Unidos. Nesse contexto, segundo dados do Comex Stat (Brasil, 2026), o Brasil teve uma alta de 32,90% no comparativo entre o primeiro semestre de 2025 e o mesmo período em 2026.

Por fim, o setor agrário, por muitas vezes o destaque da exportação brasileira, também faz presença no ranking, tanto em 2025 quanto em 2026, com a venda de café (não torrado), produto que permanece em destaque desde os tempos do império e da república. O Brasil é o principal fornecedor de café dos EUA, e difícil de ser substituído devido, além da produção, a qualidade do produto que atende às especificidades requeridas pelos norte-americanos. Dessa forma, Washington acabou por restringir apenas alguns tipos de café, mas que também foram removidos da taxaço na lista posterior divulgada em novembro de 2025 (Estados Unidos, 2025a). Da mesma forma que os insumos de ferro, aço e petróleo, o café também sofreu um recuo, de 34,82%, no período analisado entre 2025 e 2026.

Com base nesses dados, é possível perceber como as políticas tarifárias afetaram de maneira notável a pauta exportadora do Brasil. Enquanto alguns insumos conseguiram se manter resilientes durante o período de incerteza e efetividade das tarifas (fosse por isenção, como os componentes de aeronáutica, ou por contornar a situação como as carnes), outros acabaram no prejuízo, mesmo tendo alguma relevância para o mercado norte-americano. Tendo isso em vista, nota-se que o período de julho a novembro - quando a lista de itens isentos foi reformulada - causou uma retração no mercado que afetou as contas no começo de 2026.

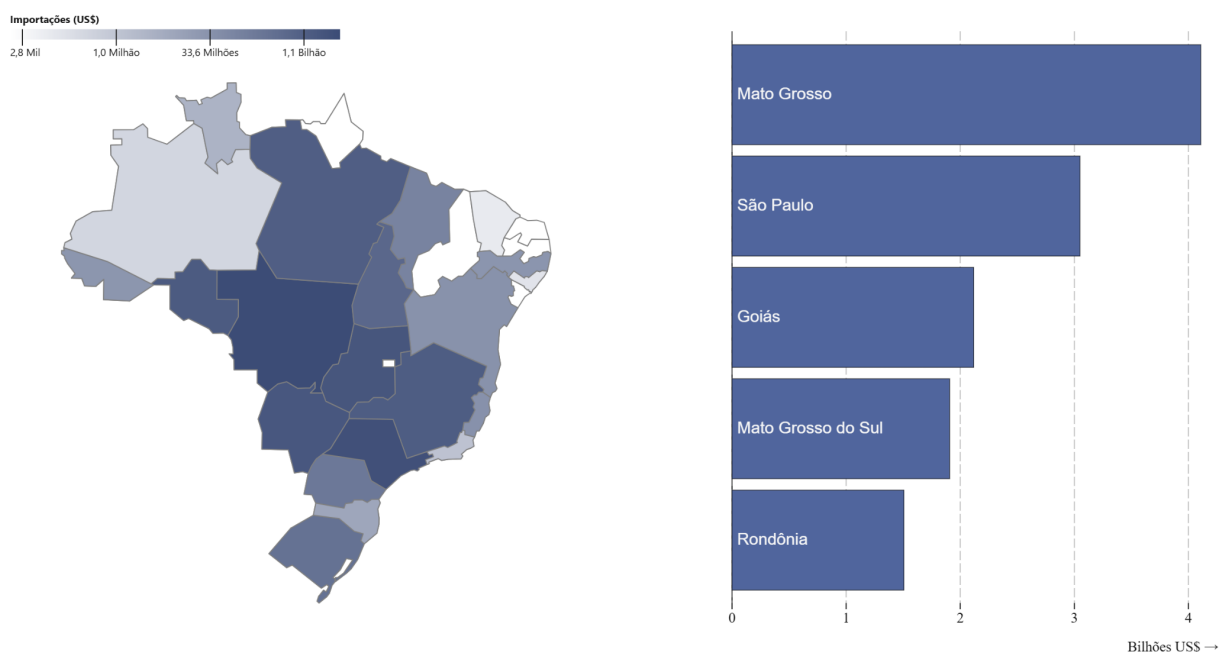
4- DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DO RANKING ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS

Nesse cenário, para além da reorientação das exportações e vulnerabilidade dos mercados, é preciso observar a dinâmica subnacional, na qual os estados brasileiros são afetados de formas distintas, dadas as particularidades produtivas que cada um possui. Seguindo a ordem discutida na seção anterior, serão abordados os estados que possuem a maior produção de cada um dos 6 insumos mencionados nas tabelas 1 e 2, e o quanto cada um deles foi afetado dentro do período de julho a dezembro de 2025, além de uma comparação com o mesmo intervalo no ano de 2024, a fim de determinar se houve aumento ou redução nos valores de exportação.

A começar pela produção de carne, o estado do Mato Grosso se sobressai como principal pólo produtor, com uma participação de quase 25% na exportação total de carne bovina (fresca, refrigerada ou congelada) em 2025, como apresentado na figura 5. Cruzando os dados mensais entre julho e dezembro de 2024 e 2025, o Mato Grosso teve um crescimento significativo de 80,56% nas vendas externas.

Figura 5 - Cartograma de estados que mais exportaram carne bovina em 2025

Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada: Exportações - Estados 2025



Fonte: Base de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Brasil, 2026).

Ao analisar o impacto das tarifas e a mudança para rotas comerciais alternativas, nota-se que o estado teve uma renda maior no segundo semestre de 2025, em comparação ao mesmo período no ano anterior, conforme ilustra a figura 6. Embora as exportações diretas para os EUA tenham sofrido uma queda de 41,40%, a reorientação para outros mercados permitiu que o excedente escoasse com sucesso, amenizando os impactos das medidas protecionistas norte-americanas (Brasil, 2026).

Figura 6 - Série histórica de exportação de carne bovina no Mato Grosso

Exportações de Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada

↑ US\$ (Milhões)



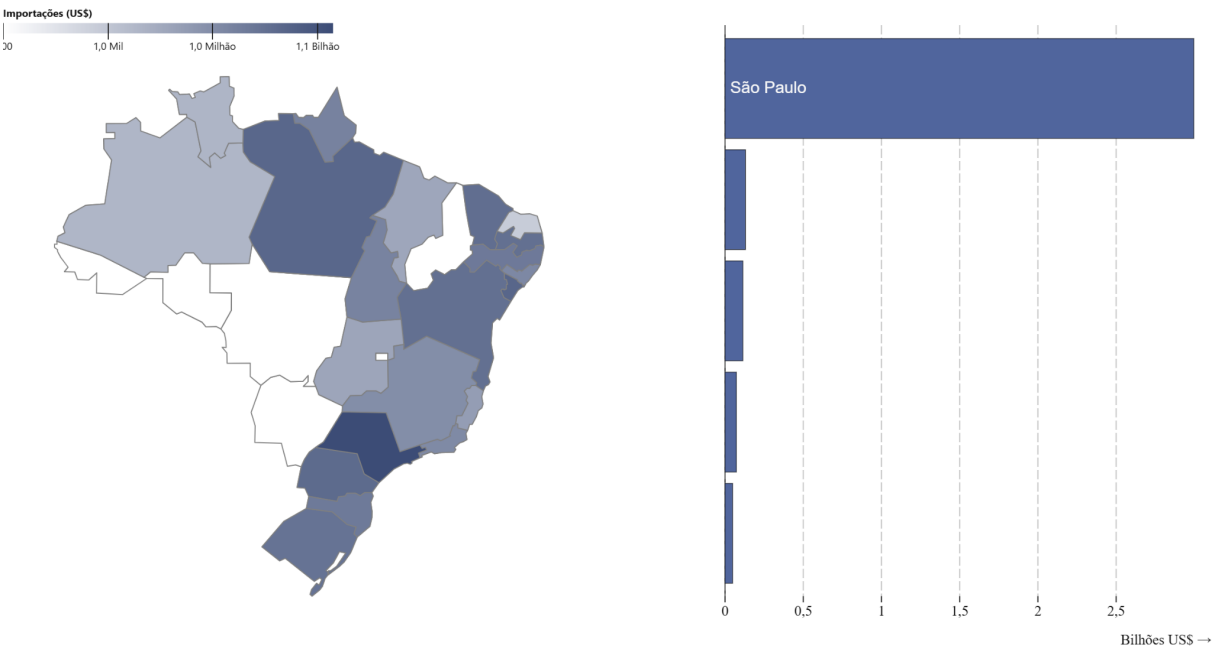
Fonte: Base de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Brasil, 2026).

Quanto ao segmento de sucos, que sofreu com as tarifas, o estado de São Paulo foi o mais afetado, sendo o principal produtor do insumo no país, conforme ilustrado na figura 10. Ao revisar o comportamento das exportações paulistas destinadas ao mercado norte-americano no segundo semestre de 2024 e mesmo período de 2025, observa-se uma resiliência momentânea em 2025, registrando um lucro de US\$ 748,2 milhões, frente aos US\$ 667,3 milhões de 2024, representando um acréscimo de 12,12%. Contudo, conforme apurado na análise geral da exportação do insumo, essa alta não se sustentou, frente a perda de fôlego posterior, acarretando em uma retração no começo de 2026, evidenciando a instabilidade e os impactos das políticas tarifárias (Brasil, 2026).

Tendo esses dados em vista, é possível concluir que com o estado de São Paulo, por reter tanta participação na produção do insumo de sucos, cerca de 85%, acabou sofrendo um forte impacto nas exportações no começo de 2026, como elucidada a figura 7. Isso mostra que se destacar na produção de um insumo, pode ao mesmo tempo: favorecer o produtor com os volumes de lucros que são obtidos, e também causar um grande impacto na balança comercial com os problemas decorrentes das barreiras tarifárias. Outrossim, com base na figura 8, é possível concluir como essa grande participação foi afetada com a aplicação das tarifas.

Figura 7 - Cartograma de estados que mais exportaram sucos em 2025

Sucos de frutas ou de vegetais: Exportações - Estados 2025

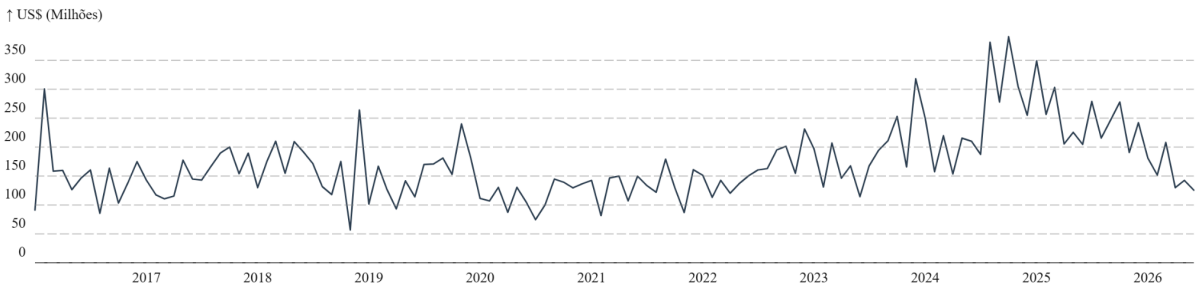


Fonte: SECEX/MDIC

Fonte: Base de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Brasil, 2026).

Figura 8 - Série histórica de exportação de sucos no estado de São Paulo

Exportações de Sucos de frutas ou de vegetais

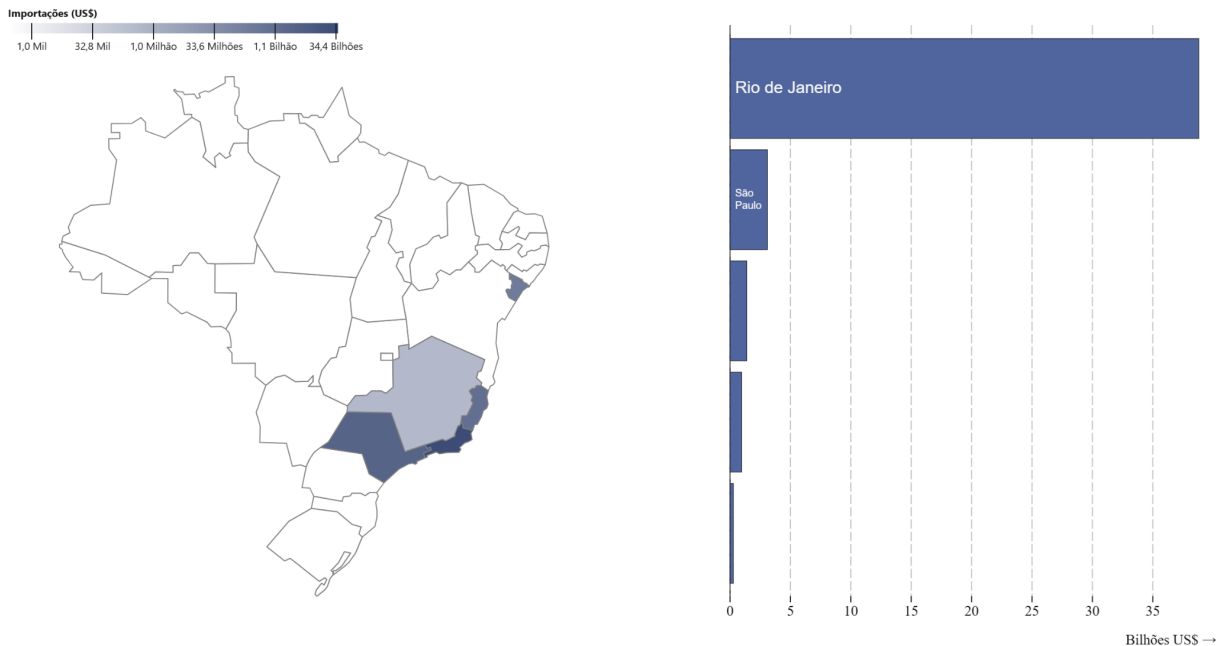


Fonte: Base de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Brasil, 2026).

No que tange o setor extrativista e petrolífero, o estado do Rio de Janeiro destaca-se como o principal pólo exportador, concentrando a maior fatia das vendas externas desse segmento, com participação de mais de 85% nas exportações gerais do país em 2025, como apresentado na figura 9. Ao averiguar os dados de exportação do estado fluminense entre julho e dezembro de 2024 e o mesmo período de 2025, observa-se um movimento de expansão: o valor total exportado pelo estado aos Estados Unidos recuou de aproximadamente US\$ 2,10 bilhões para US\$ 1,57 bilhão, representando uma queda de 25,07% (Brasil, 2026).

Figura 9 - Cartograma de estados que mais exportaram óleos brutos de petróleo em 2025

Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus: Exportações - Estados 2025



Fonte: SECEX/MDIC

Fonte: Base de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Brasil, 2026).

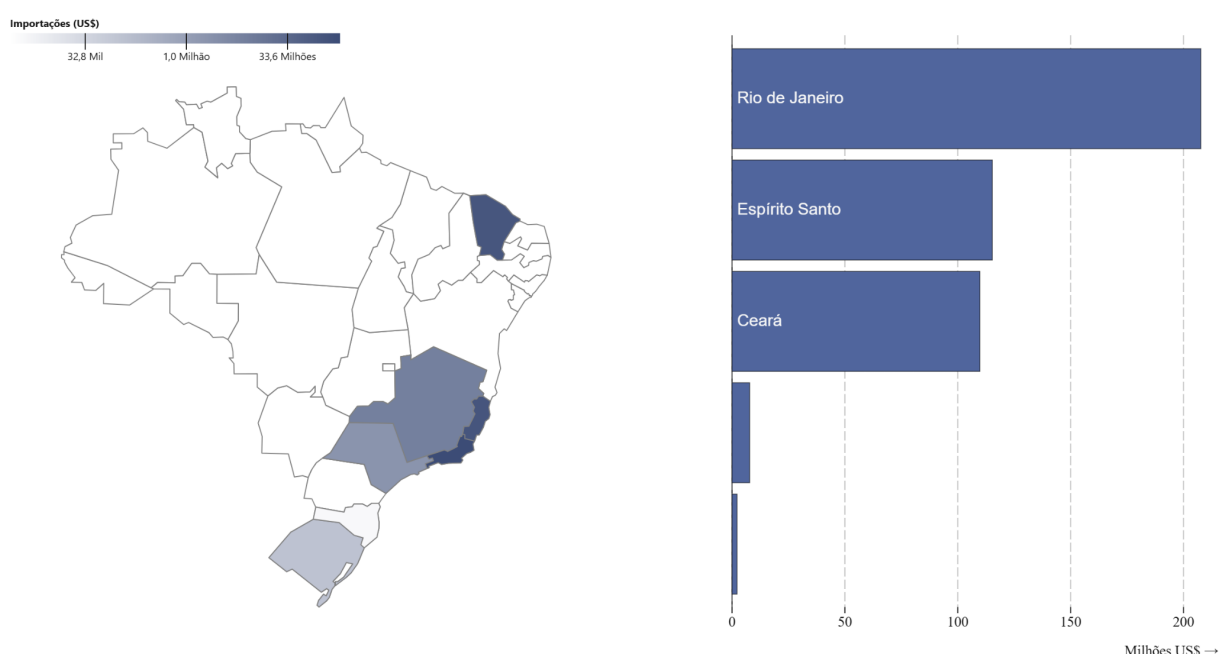
Esse resultado demonstra que até mesmo insumos de alta relevância estratégica e material, como o petróleo bruto, não ficaram totalmente imunes frente às barreiras nos fluxos comerciais com o mercado norte-americano no período analisado. Tal retração nos fluxos de óleo e petróleo bruto, longe de ser explicada apenas pela flutuação casual de mercado, pode ser expressa pelos efeitos colaterais das incertezas geradas pelo ambiente de coerção econômica, como ocorreu com o setor de aeronáutica, segundo apurou Corrêa (2025). O receio do setor produtivo diante da volatilidade e da imprevisibilidade das medidas protecionistas norte-americanas tendem a induzir uma postura de cautela e reavaliação de contratos. Em um cenário onde o risco regulatório e a possibilidade de novas sanções abruptas pairavam sobre o comércio bilateral, os produtores adotaram uma postura de cautela frente aos riscos, o que ajuda a explicar a contração observada nas exportações fluminenses para os Estados Unidos no segundo semestre de 2025 (Brasil, 2026).

De forma semelhante, tem-se uma queda localizada no setor manufaturado responsável pelos produtos primários de ferro ou aço. Nesse ramo, a região sudeste do Brasil tem destaque, e entre os estados, o Rio de Janeiro é o principal exportador desses insumos, com uma participação de quase 40% em 2025, como ilustrado na figura 10. Com base na comparação entre o segundo semestre de 2024 e 2025, tem-se uma queda de 28,34% (recuando de cerca de US\$ 989,3 milhões para US\$ 708,9 milhões). Comparando com os

dados gerais presentes nas tabelas 1 e 2, pode-se concluir que essa queda é decorrente das incertezas e volatilidades que as declarações a respeito das barreiras tarifárias geraram no mercado antes da lista oficial de insumos que seriam taxados ser divulgada. Tendo isso em vista, percebe-se que o estado do Rio de Janeiro sofreu duplamente, tanto pelo lado extrativista com os derivados de petróleo, quanto pelo lado manufaturado, com os produtos primários de ferro ou aço (Brasil, 2026).

Figura 10 - Cartograma de estados que mais exportaram produtos primários de ferro ou aço em 2025

Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço: Exportações - Estados Junho 2026



Fonte: SECEX/MDIC

Fonte: Base de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Brasil, 2026).

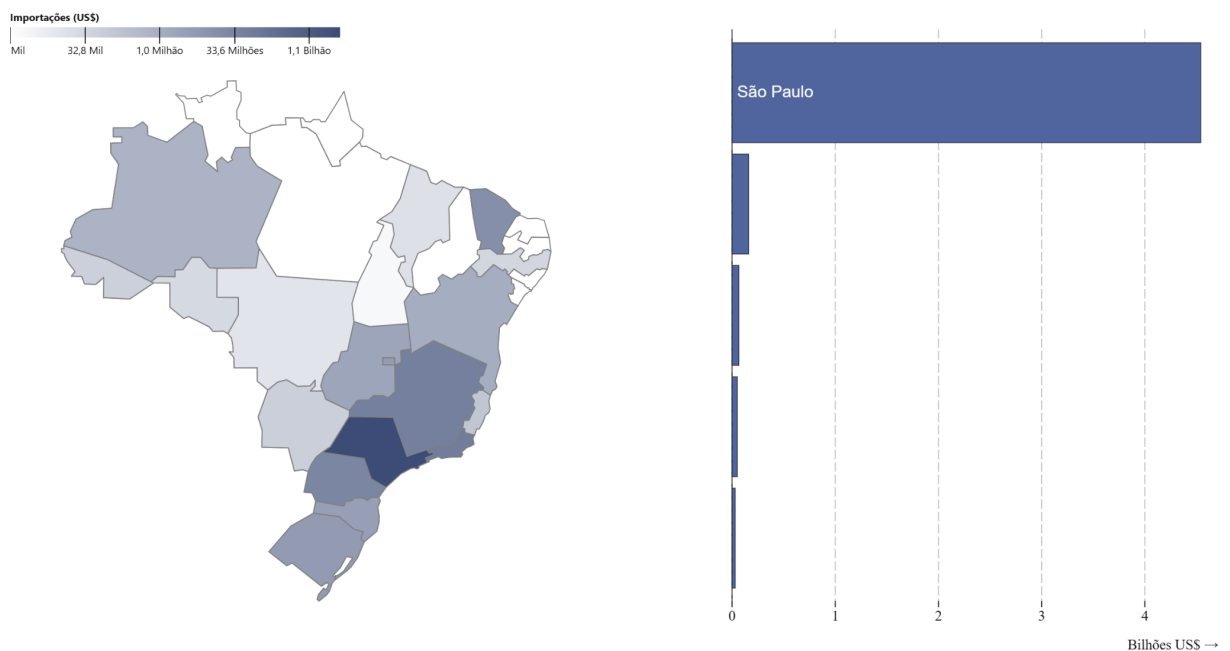
Indo contra o movimento do primeiro e segundo lugar do ranking, a terceira categoria de insumo seguindo as tabelas 1 e 2 teve uma reação diferente frente às tarifas. O segmento da aeronáutica, liderado pela Embraer no Brasil, demonstrou resiliência contra as barreiras tarifárias. Da mesma forma que os insumos de petróleo, ferro e aço, os produtos de aeronaves não foram incluídos na lista de produtos taxados, no entanto, diferente dos primeiros, eles não foram afetados por volatilidades e incertezas do mercado, mesmo sendo uma preocupação real do próprio CEO da Embraer (Corrêa, 2025).

Pela força da empresa no mercado, é fácil concluir que o estado de São Paulo, sede da Embraer, é o principal pólo exportador da categoria no Brasil, com mais de 90% de participação nas exportações, conforme mostra a figura 11. No apurado do período usado até então para conferir os efeitos do tarifaço, o estado paulista teve um crescimento de 17,15% na

exportação de insumos aeronáuticos. Isso demonstra como o peso estratégico do setor se fez mais forte do que as incertezas que circulavam junto às políticas tarifárias da administração Trump, e é algo compreensível, tendo em vista a força da Embraer no mercado norte-americano, que pode ter pesado, em parte, no processo decisório. Afinal, seria bastante problemático cortar tão drasticamente o principal fornecedor de veículos aéreos comerciais e executivos que opera um terço dos serviços regionais nos Estados Unidos (Corrêa, 2025).

Figura 11 - Cartograma de estados que mais exportaram aeronaves e suas partes em 2025

Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes: Exportações - Estados 2025

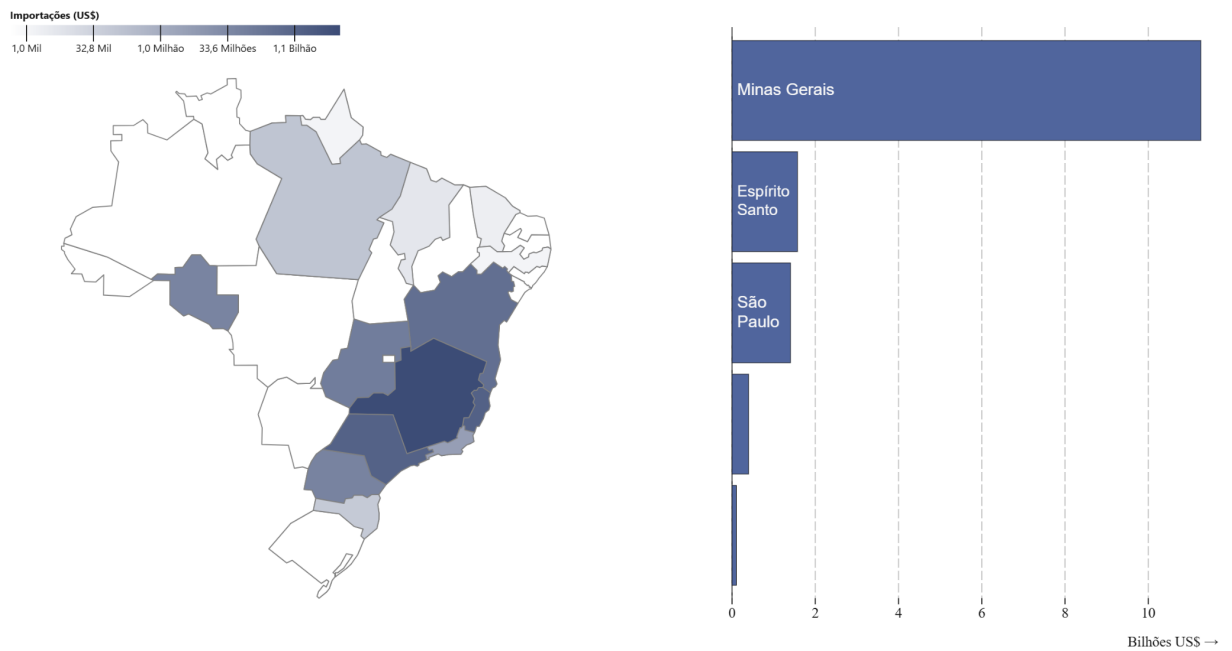


Fonte: Base de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Brasil, 2026).

E por último, dos insumos apresentados para a análise, tem-se o café (não torrado), com as exportações centradas no estado de Minas Gerais, principal exportador do produto, com uma participação de quase 76% no ano de 2025, como apresentado na figura 12. Com a aplicação das barreiras tarifárias, o estado mineiro teve um certo impacto quanto à exportação de café para os Estados Unidos. Segundo dados do MDIC (Brasil, 2026), Minas Gerais teve um recuo de 27,81% nas vendas de café para os norte-americanos no período de julho a dezembro de 2025, em comparação ao mesmo período no ano de 2024.

Figura 12 - Cartograma de estados que mais exportaram café não torrado em 2025

Café não torrado: Exportações - Estados 2025



Fonte: Base de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Brasil, 2026).

Em suma, a distribuição espacial da produção dos insumos apresentados evidencia que os impactos do protecionismo norte-americano não agem de maneira homogênea no território brasileiro. Enquanto a agregação nacional dos dados sugere uma capacidade de absorção e resiliência macroeconômica frente às barreiras tarifárias, a desagregação subnacional revela um cenário de profundas disparidades. Os estados que concentram a base produtiva dos itens sob efeito das tarifas assumem o peso direto dos choques externos, demonstrando que a vulnerabilidade comercial brasileira se manifesta de forma localizada e territorialmente desigual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar os reflexos das medidas protecionistas adotadas pela administração de Donald Trump em 2025 sobre a pauta exportadora brasileira, tendo como eixo central os impactos subnacionais gerados por essas políticas. A partir da investigação documental e estatística, conclui-se que o uso de políticas tarifárias como ferramenta de coerção - pautadas predominantemente por motivações políticas de curto prazo e desprovidas de uma calibragem técnica precisa - gerou efeitos sistêmicos que desestabilizaram a balança comercial dos estados brasileiros.

Visando blindar a economia doméstica ou estruturar um ambiente comercial seguro, a imprevisibilidade das tarifas desencadeou choques sucessivos no mercado internacional, indo de encontro com a própria estrutura capitalista estabelecida pelos EUA. A corrida antecipada das empresas estadunidenses para estocar produtos, seguida por uma reação abrupta de interrupção das importações, evidenciou a vulnerabilidade das próprias cadeias de suprimentos dos Estados Unidos. Mais do que isso, a dependência de insumos de alta penetração - como o caso do café e da carne bovina, por exemplo - demonstrou que as barreiras comerciais arbitrárias de Trump vão de encontro a resistências internas e técnicas, forçando recuos e revogações parciais por parte de Washington, conforme atestado nos documentos oficiais do USTR.

Ademais, os desdobramentos práticos dessa relação bilateral evidenciam a expressiva relevância estratégica do Brasil para o mercado norte-americano, o que impõe limites práticos e operacionais nas decisões protecionistas. De um lado, destaca-se a consolidação da presença da Embraer no mercado regional dos Estados Unidos, sustentando expressiva fatia dos voos regionais do país, o que torna a substituição imediata de seus equipamentos inviável para a malha de transporte local. De outro, as consultas públicas e as manifestações populares registradas nas investigações do USTR revelaram o peso de insumos essenciais de consumo em grandes escalas, como o café brasileiro. Nesses casos, a rigidez de parâmetros fitossanitários e a pressão de importadores e consumidores locais incentivaram revisões regulatórias e recuos do governo, demonstrando que as barreiras arbitrárias também esbarraram em complexas exigências técnicas e fiscais.

Outrossim, a pesquisa demonstra que a centralidade histórica dos Estados Unidos na economia global convive hoje com uma rede complexa e interdependente de mercados alternativos, com destaque para a forte presença da China. A malha produtiva globalizada assegura que o Brasil e outros exportadores encontrem margem para a diversificação de

parcerias, amenizando os impactos de choques unilaterais. Desse modo, o protecionismo na atualidade revela um paradoxo estrutural: ao tentar isolar ou coagir parceiros comerciais por meio de tarifas, a hegemonia estadunidense tenciona suas próprias redes de suprimento e expõe os limites de uma política externa que desconsidera a profunda integração da economia global.

Por fim, respondendo diretamente ao objetivo central desta investigação, constatou-se que o protecionismo estadunidense afeta os estados brasileiros de maneira profundamente assimétrica. Enquanto em termos agregados e nacionais os reflexos das tarifas podem ser parcialmente diluídos ou contornados pela divisão da produção entre as diferentes unidades da Federação, o mesmo não ocorre no âmbito regional. Os estados produtores dos principais itens de exportação atingidos enfrentam um impacto direto e desproporcional em suas economias locais, evidenciando que a vulnerabilidade a choques externos se manifesta de forma aguda na base produtiva subnacional.

Contudo, reconhecem-se as limitações inerentes a este estudo, sobretudo no que tange o recorte temporal imediato das medidas de 2025 - dada sua natureza recente - o que restringe a observação de desdobramentos macroeconômicos de longo prazo e eventuais reestruturações definitivas nas rotas comerciais globais. Nesse sentido, sugere-se que futuras pesquisas continuem a monitorar os desdobramentos dessas barreiras comerciais, avaliando a consolidação de mercados alternativos - como a reorientação de fluxos para a China - e investigando de forma aprofundada os efeitos dinâmicos nas cadeias produtivas subnacionais a médio e longo prazo. Afinal, como nas palavras de Anne O. Krueger (2026), “Trump não será presidente para sempre, mas o dano que seu governo causou ao sistema comercial global será difícil de reverter”.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Plano Brasil Soberano é detalhado. **A União**, João Pessoa, 14 ago. 2025. Disponível em: <<https://auniao.pb.gov.br/noticias/economia/plano-brasil-soberano-e-detalhado>>. Acesso em: 24 ago. 2025.

ALMEIDA, P. R. de. As relações econômicas internacionais do Brasil dos anos 1950 aos 80. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 60-79, jul./dez. 2007.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BALANCO, P. ; PINTO, E. C. Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 18, n. 1 (31), p. 27–47, 2007.

BALANCO, P.; PINTO, E. C. Padrões de desenvolvimento, funções estatais e endividamento no capitalismo contemporâneo. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 27-47, set. 2005.

BBC NEWS BRASIL. '**Doutrina Donroe**': como Trump vê a América Latina, segundo sua estratégia de segurança nacional. São Paulo, 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9vj171kgnno>>. Acesso em: 30 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). **Comex Stat**: sistema de consulta e extração de dados do comércio exterior brasileiro. Brasília: MDIC, 2026. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 18 jun. 2026.

CORRÊA, Alessandra. A empresa brasileira de alta tecnologia que pode ser alvo de tarifas de Trump. **BBC News Brasil**, Washington, 21 jul. 2025. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c80pnz99y29o>>. Acesso em: 26 jul. 2026.

ESTADOS UNIDOS. Department of State. Office of the Historian. **NSC-68, 1950**. Milestones in the History of U.S. Foreign Relations: 1945–1952. Washington, D.C., 1950. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1945-1952/NSC68>>. Acesso em: 21 jul. 2026.

ESTADOS UNIDOS. Office of the United States Trade Representative (USTR). Initiation of Section 301 Investigation: Brazil's Acts, Policies, and Practices Related to Digital Trade and Electronic Payment Services; Unfair, Preferential Tariffs; Anti-Corruption Enforcement; Intellectual Property Protection; Ethanol Market Access; and Illegal Deforestation; Hearing; and Request for Public Comments. **Federal Register**, Washington, D.C., v. 90, n. 136, p. 34069-34072, 18 July 2025a.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **Addressing threats to the U.S.** Washington, D.C.: The White House, 2025b. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/07/addressing-threats-to-the-us/>>. Acesso em: 10 jul. 2026.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **2025 November Brazil Tariff Annexes (Annex I):** List of products excluded from the tariff action. Washington, D.C.: The White House, nov. 2025c. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/11/2025NovemberBrazilTariff.ANNE XES.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2026.

ESTADOS UNIDOS. Office of the United States Trade Representative (USTR). **Brazil 301 Final Action.** Washington, D.C., 15 jul. 2026a. Disponível em: https://ustr.gov/sites/default/files/files/Issue_Areas/Enforcement/Section%20301/Brazil%20301%20Final%20Action%20FRN%207-15-2026%20final.pdf. Acesso em: 15 jul. 2026.

ESTADOS UNIDOS. Congressional Research Service (CRS). **Section 301 of the Trade Act of 1974.** Washington, D.C.: CRS, 2026b. (In Focus, IF11346). Disponível em: <<https://www.congress.gov/crs-product/IF11346>>. Acesso em: 30 jun. 2026.

FILGUEIRAS, L. A crise geral do capitalismo: possibilidades e limites de sua superação. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 30, p. 21-27, 2010.

G1. Representantes de big techs reclamam de STF, Anatel, Congresso e Pix para órgão dos EUA que investiga Brasil. **G1**, 21 ago. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/08/21/representantes-de-big-techs-reclamam-d-e-stf-anatel-congresso-e-pix-para-orgao-dos-eua-que-investiga-brasil.ghtml>>. Acesso em: 24 ago. 2025a.

G1. Trump publica carta para Bolsonaro em defesa do ex-presidente. **G1**, 17 jul. 2025. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/07/17/trump-publica-carta-para-bolsonaro-em-defesa-de-ex-presidente.ghtml>>. Acesso em: 24 ago. 2025b.

G1c. Tarifas recíprocas globais entre EUA, China e Brasil. **G1**, 6 ago. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/08/06/tarifaco-eua-china-brasil.ghtml>>. Acesso em: 24 ago. 2025c.

GUO, M. et al. The Day After Tomorrow: Evaluating the Burden of Trump's Trade War. **Asian Economic Papers**, v. 17, n. 1, p. 101–120, fev. 2018.

HORTENCIO, V. E. F. ; MILANI, A. M. R. Transformações do capitalismo contemporâneo: a reconfiguração de um novo padrão de acumulação capitalista. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, Maceió - AL, v. 3, n. 5, p. 91–106, dez. 2016.

IKENBERRY, G. J. The end of liberal international order? **International Affairs**, v. 94, n. 1, p. 7-23, 2018.

JAMIN, J. Cultural Marxism and the Radical Right. In: JACKSON, Paul; SHEKHOVTSOV, Anton (Org.). *The Post-War Anglo-American Far Right: a special relationship of hate*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=VbLSBAAQBAJ>. Acesso em: 18 jul. 2026.

KACZMAREK, T. ; DEMIR, E. ; ROUATBI, W. ; ZAREMBA, A. Tariffs announcement as a global stress test: early stock market reactions to U.S. protectionism. **Finance Research Letters**, v. 30, p. 216–221, 2025.

KRUEGER, A. O. O fracasso da guerra tarifária de Trump. Tradução de Mário Zamarian. **Valor Econômico**, São Paulo, 7 de abr. 2026. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-fracasso-da-guerra-tarifaria-de-trump.ghml>>. Acesso em: 10 abr. 2026.

MAGALHÃES, J. P. A. Nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil: um enfoque de longo prazo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 86-106, jul./set. 2004.

MANZUR, T. M. P. G. A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 85, p. 209-246, 2012.

MILANI, C. R. S. A Importância das Relações Brasil – Estados Unidos na Política Externa Brasileira. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília: Ipea, n. 6, p. 69-85, abr./jun. 2011.

MOURA, G. **Autonomia na dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NÓVOA, J. ; BALANCO, P. O estágio último do capital: a crise e a dominação do capital financeiro no mundo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 87–104, jan./abr. 2013.

PEREIRA, L. R. Crise sistêmica e a consolidação do poder global estadunidense: determinantes e características do poder estrutural estadunidense pós-década de 1970. **Revista Fim do Mundo**, n. 6, p. 126-145, set./dez. 2021.

PINTO, E. C. ; BALANCO, P. **Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos para a América Latina**: retrospectivas, mudanças e perspectivas. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2013. (Texto para Discussão, n. 003).

REUTERS. Trump diz que cobrará tarifas e taxará outros países. **CNN Brasil**, 20 jan. 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/trump-diz-que-cobrara-tarifas-e-taxara-outros-paises/>>. Acesso em: 24 ago. 2025.

RIBEIRO, N. R. A crise atual: acidente ou necessidade. **Economia e C: Questões Econômicas e Sociais**, Lisboa, n. 45, p. 50-60, 1983.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SÁTYRO, N. G. D. ; D'ALBUQUERQUE, R. W. O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 23, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/55631>>. Acesso em: 7 set. 2024.

SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, J. L. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

TEIXEIRA, C. G. P. Uma política para o continente: reinterpretação a Doutrina Monroe. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, n. 2, p. 115-132, jul./dez. 2014.

VALOR ECONÔMICO. Tarifas e protecionismo são remédios equivocados. **Valor Econômico**, São Paulo, 7 abr. 2026. Editorial. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/tarifas-e-protecionismo-sao-remedios-equivocados.ghl>. Acesso em: 10 abr. 2026.

VISENTINI, P. F. O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 24-36, 1994.